

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A PESCA ARTESANAL EM PARATY: CONFLITOS E DESAFIOS  
PARA A GESTÃO AMBIENTAL**

GABRIEL HOROVITZ

Matrícula nº: 109024248

ORIENTADORA: Profª. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha

CO-ORIENTADORA: Profª. Dra. Liandra Peres Caldasso

RIO DE JANEIRO

ABRIL 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A PESCA ARTESANAL NA EM PARATY: CONFLITOS E  
DESAFIOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL.**

---

GABRIEL HOROVITZ

Matrícula nº: 109024248

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha

CO-ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Liandra Peres Caldasso

RIO DE JANEIRO

ABRIL 2016

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos caiçaras da Península da Juatinga, pela hospitalidade, simpatia e receptividade. Seu Maneco do Martim de Sá, Seu Manequinho da Sumaca, Seu Ticote do Pouso da Cajaíba, Paulo “Lopau” da Ponta Negra, ao Zé Carlos do Saco Claro e tantos outros que conheci e aos que espero conhecer. Pessoas que mudaram minha forma de enxergar a natureza e a Mata Atlântica.

Um enorme agradecimento à minha co-orientadora Professora Liandra Caldasso, por todo apoio e por ter me ajudado tanto nesse trabalho. Também não poderia deixar de agradecer a minha orientadora Professora Valéria da Vinha, a quem sou muito grato pela oportunidade e por todo apoio durante a minha trajetória no curso de Ciências Econômicas. Agradeço também a Camilla Aguiar, colega de turma, de almoços e de longas conversas na Praia Vermelha, que em muito me ajudou, com sua paixão pela pesquisa, pela cartografia e pelo meio ambiente. Agradeço também à Simone Madalosso, por ajudar com o vasto conhecimento sobre a região desse estudo. Muito Obrigado!

Não poderia deixar de agradecer também à minha grande amiga Mariana Caldas, que tanto me apoiou e me incentivou durante a elaboração desse trabalho. Você será uma grande doutora!

Agradeço aos parceiros que me acompanharam ao longo dos últimos anos e que fizeram parte das minhas experiências na região da Juatinga, aos amigos que fiz e que espero fazer, caiçaras, cariocas e de todos os lugares que se reúnem ali pela paixão à natureza, à pesca e ao estilo de vida caiçara.

Agradeço ao Projeto de Extensão Raízes e Frutos: Uma vivência nas comunidades caiçaras da Reserva da Juatinga, pela literatura acadêmica disponibilizada e por promover o estudo da região dentro do corpo discente da UFRJ.

Por último, agradeço ao meu pai, minha mãe, vovô e vovó e a toda minha família por todo o suporte. Sem vocês nada disso seria possível!

## **RESUMO**

A gestão de recursos naturais é um importante tema de pesquisa dentro do estudo econômico. Existem diversas questões que envolvem a administração dos recursos naturais e os direitos de propriedade. Os conflitos e desafios da gestão dos recursos pesqueiros na região de Paraty representam uma problemática recorrente, gerando conflitos entre diversos segmentos sociais, e a tentativa de dominação e usurpação das comunidades tradicionais. O objetivo deste trabalho foi analisar casos específicos a fim de questionar como tem sido esse processo em Paraty, usando a abordagem da Teoria dos Comuns. A metodologia utilizada é de base teórica e descritiva aplicada a partir de fontes secundárias. Foram analisadas questões socioeconômicas bem como ambientais relativas à pesca artesanal na Região do estudo.

## **ABSTRACT**

The topic about the resources management is an important subject of research within the economic study. The social organization is one of the main factors for the sustainability and, in this specific subject, there are several matters that involve the administration of natural resources and property rights. Conflict with local communities and the attempt of domination and usurpation are considered the biggest challenges on the management of Paraty Areas and represent a recurrent issue in the civilization development process. Thus, I've studied some specific cases with the intention of questioning how this process have been conducted in the area through the Commons Theory. The methodology used was the applied descriptive and theoretical based research from secondary sources, pointing existent conflicts. Therefore, is placed analisys of socio-economic and environment issues regarding the local fishing in the area of study.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 01. Principais comunidades estudadas.

Figura 02. Manoel dos Remédios, caiçara da praia do Martim de Sá.

Figura 03. Pirâmides etárias nas sete comunidades mapeadas pelo estudo.

Figura 04. Tabela que demonstra a escolaridade dos moradores de 350 unidades domiciliares entrevistadas no município de Paraty.

Figura 05. Porcentagem da população que gera renda em cada comunidade do estudo.

Figura 06. Atividade econômica declarada por 350 entrevistados em estudo em Paraty.

Figura 07. Métodos de pesca em Paraty.

Figura 08. Proporção dos tipos de atividade pesqueira em Trindade.

Figura 09. Proporção da quantidade de peixes capturados por cada tipo de pesca.

Figura 10. Frequência de pesca para 172 pescadores entrevistados em estudo.

Figura 11. Garoupa.

Figura 12. Instrumentos legislativos em vigor que regulam a gestão da pesca de acordo com a natureza e níveis normativos.

Figura 13. Grupos Técnicos de Trabalhos – GTT – e Comitês responsáveis por elaborar propostas para o uso sustentável de recursos pesqueiros e sua respectiva legislação.

Figura 14. Áreas de Proteção Ambiental no Estado do Rio de Janeiro.

Figura 15. Unidades de Conservação situadas no município de Paraty sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, Instituto do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty.

Figura 16. Mapa de Trecho do Mosaico da Bocaina.

Figura 17. Principais atores sociais da pesca artesanal de Paraty.

Figura 18. As distintas arenas sociais de acordo com ARAÚJO et. al.

Figura 19. Atores e arenas sociais sobre gestão da pesca artesanal no município de Paraty.

## LISTA DE SIGLAS

AELPM	Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim
AMAPAR	Associação dos Maricultores de Paraty
AMOT	Associação de Moradores de Trindade
APA	Área de Proteção Ambiental
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DLIS	Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DP	Dilema do Prisioneiro
DPA	Departamento de Pesca e Aquicultura
ESEC	Estação Ecológica de Tamoios
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IBIO	Instituto BioAtlântica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
REJ	Reserva Ecológica da Juatinga

Rebio	Reserva Biológica
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEMADUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPI	Unidades de Proteção Integral
UUS	Unidades de Uso Sustentável
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	15
1.2 A TEORIA DOS RECURSOS COMUNS E A TRAGÉDIA DOS COMUNS .....	16
1.2.1 Pilares Centrais dos defensores do estado e do privado.....	18
1.3 A CO-GESTÃO DOS RECURSOS COMO ALTERNATIVA .....	23
1.3.1 Contextualização .....	23
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA CO-GESTÃO .....	25
1.4.1 Direitos de propriedade .....	26
1.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	27
CAPÍTULO 2 – DO TERRITÓRIO, DA PESCA E DE SEUS USUÁRIOS .....	29
2.1 PARATY .....	31
2.1.1 História de Paraty .....	31
2.1.2 Município de Paraty: Indicadores Econômicos .....	32
2.1.3 Território .....	32
2.2 O CAIÇARA .....	34
2.2.1 Traços da cultura caiçara.....	36
2.2.2 Demografia das Comunidades Caiçaras .....	38
2.3 A PESCA .....	43
2.3.1 Inserção da pesca no cotidiano e alimentação do caiçara contemporâneo.....	46
2.3.2 Os Recursos Pesqueiros .....	52
CAPÍTULO 3 - DA GESTÃO .....	54
3.1 LEGISLAÇÃO.....	42
3.1.1 Histórico .....	55
3.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL .....	60
3.2.1 Unidades de Conservação .....	60
3.2.2 Plano Diretor Municipal de Paraty e Agenda 21 de Paraty .....	63
3.3 ATORES E ARENAS SOCIAIS: PROCESSOS DE GESTÃO E CONFLITOS...65	
3.3.1 Atores e Conflitos .....	65

3.3.2 Arenas e a Pesca artesanal.....	69
3.3.3 Recategorização da REJ .....	71
3.4 PERSPECTIVAS.....	72
CONCLUSÕES .....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79
ANEXOS .....	83
ANEXO 1 - O emblemático caso de Trindade e a Fazenda Laranjeiras .....	84



## INTRODUÇÃO

O Município de Paraty, Rio de Janeiro, abriga um dos últimos trechos de Mata Atlântica, bioma sob forte pressão antrópica devido à sua localização na região economicamente mais desenvolvida do país. Por se tratar de um território habitado por comunidades caiçaras tradicionais, atribui-se a tais comunidades o seu atual estado de conservação. Por viverem majoritariamente da pesca e do manejo sustentável da Mata, justifica-se a importância de estudar essa atividade econômica na região como forma a trazer um entendimento acerca da situação do local.

No presente trabalho, é apresentada a pesca artesanal tendo em conta os conflitos com as demais atividades econômicas, bem como as potencialidades para o uso sustentável dos recursos. Aponta-se alguns conflitos entre comunidades tradicionais, o Estado e a propriedade privada, a fim de demonstrar como tais conflitos afetam o nível dos estoques pesqueiros, por meio da sobrepesca e da poluição. Discutem-se políticas públicas e a legislação vigente. Também são apresentadas algumas comunidades caiçaras, suas populações, os tipos de pesca que praticam as técnicas e os petrechos, tipos de recursos pesqueiros e o destino da produção. Ao fim, discute-se como as comunidades caiçaras podem praticar uma gestão mais eficiente na região.

No capítulo 1, é feita uma apresentação das teorias econômicas acerca da gestão de recursos comuns. Na primeira seção, é apresentada uma contextualização das questões que envolvem o uso dos recursos comuns, a começar pelas teorias tradicionais, apontando seus princípios fundamentais e trazendo à tona os principais pontos de inflexão do raciocínio tradicional - aquele baseado na Tragédia dos Comuns. Na segunda seção, é apresentada a Gestão Compartilhada como uma alternativa ao pensamento tradicional, a fim de apontar uma direção a ser seguida, como metodologia de análise para os capítulos seguintes.

O capítulo 2 tem como objetivo fazer uma contextualização das áreas estudadas. Na primeira seção, é apresentada a história do município de Paraty, sua ascensão como parte da rota do ouro e, posteriormente, o seu declínio que deu início ao processo de

degradação ambiental da Mata Atlântica. Além disso, nessa seção estão expostos os indicadores econômicos da região. Na segunda seção, são apresentadas algumas características das comunidades tradicionais caiçaras tais como traços culturais, demografia, estrutura etária, escolaridade, atividades econômicas e fontes de geração de renda. Na terceira seção, é apresentada a pesca artesanal, os tipos de artes de pesca, e as espécies-alvo com risco de sobrepesca.

Na primeira seção do capítulo 3, são abordadas as mudanças que ocorreram na legislação no último século e que continuam em curso e, também, da legislação atual e seus instrumentos. A segunda seção trata da questão do ordenamento territorial, onde são apresentadas as Unidades de Conservação, como a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) e a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu). Essa seção também aborda o Plano Diretor Municipal, o Mosaico Bocaina e a Agenda 21 de Paraty. Finalizando o capítulo, apresentam-se os atores sociais envolvidos e as arenas de discussão, como os Conselhos Consultivos, e, por fim, trata-se do processo de recategorização da REJ, o qual trará mudanças à região.

Nas considerações finais, apresenta-se o que foi possível observar a partir da elaboração do presente trabalho, aponta-se para os diversos conflitos existentes e explora-se a correlação entre a teoria abordada no primeiro capítulo, os dados levantados no segundo capítulo e os elementos presentes no terceiro capítulo.

O Anexo 1 relata o emblemático caso da Fazenda Laranjeiras e da Trindade, local que passou por forte pressão imobiliária durante os anos de 1970, e que, todavia, pela resistência do povo caiçara conteve o avanço das expropriações, com o apoio de turistas, estudantes e artistas que frequentavam a região à época.

## **CAPÍTULO 1 - DO APORTE TEÓRICO**

### **1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma breve apresentação da teoria econômica acerca da gestão de recursos comuns, com o objetivo de trazer um aporte ao estudo de caso promovido no capítulo dois e às questões a respeito dos desafios e conflitos no capítulo 3.

Na primeira seção fazemos uma contextualização das questões que envolvem o uso dos recursos comuns, apresentando as teorias tradicionais e apontando os princípios fundamentais e trazendo à tona os principais problemas do raciocínio tradicional. Na segunda seção apresentamos a gestão compartilhada como uma alternativa ao pensamento tradicional, a fim de apontar uma direção a ser seguida, como metodologia de análise para os capítulos seguintes.

Esse capítulo, não tem a intenção de apontar as formas de pensamento corretas ou erradas, com base em alguma dicotomia, tampouco ser totalmente neutro e distante da realidade. O que se propõe é apresentar as teorias com o intuito de contextualizar as principais discussões e os pontos relevantes a serem observados.

Nas palavras de YOUNG & MAY (2010 p. V)

Não buscamos a pretensão de uma ciência "neutra", pois sabemos ser inexistente tal neutralidade. Ao mesmo tempo, não flutua em nuvens da utopia. Pois entre esses dois extremos caminha a Economia ecológica: fundamentada na importância da práxis, busca ser uma disciplina vinculada à prática social e sua relação com o meio natural que a cerca. Tal travessia é perigosa, mas ainda mais perigoso é olhar para trás, arrepiar-se e ficar parado nas análises convencionais fundamentadas na ilusão de agentes idealizados e teorias "perfeitas", mas que negam a realidade como "imperfeição". Em suma, precisamos entender a aplicabilidade da ciência à prática de tomada de decisões, reconhecendo que a produção de trabalhos acadêmicos em si não é suficiente para motivar os atores econômicos a alterar suas ações.

## 1.2 A TEORIA DOS RECURSOS COMUNS E A TRAGÉDIA DOS COMUNS

Segundo Garret Hardin (1968) o termo “tragédia dos comuns” surgiu a partir de um panfleto do matemático William Foster Lloyd (1794-1852) escrito em 1883. Uma década antes de seu artigo ser escrito, Hardin afirmava estarmos envolvidos em uma “nuvem de ignorância”, no qual se acreditava na liberdade individual como o maior dos paradigmas a ser preservado na sociedade moderno-industrial. Porém em seu breve artigo, através da análise da teoria econômica clássica, de Thomas Malthus, Adam Smith e Jeremy Bentham, rapidamente chega-se a conclusão de que no estado das artes, a sociedade não poderá maximizar a quantidade de bens individuais e a densidade populacional, concomitantemente. Para defender essa ideia, utilizam-se dois argumentos, o primeiro de cunho matemático e o segundo, biológico.

O argumento matemático diz que não podemos maximizar duas variáveis ao mesmo tempo, ou seja, ou maximizamos a quantidade de bens que cada indivíduo possui, ou maximizamos a quantidade de indivíduos que possuímos na sociedade. O segundo argumento exposto, o biológico, defende que todas as formas de vida precisam de energia, no caso do homem, comida. Um homem precisa de o equivalente a 1600 kg calorias por dia, para duas funções: manter-se vivo e trabalhar. Portanto, para minimizar a quantidade de bens consumidos, maximizando a população, deve-se aproximar o número de calorias ao máximo perto de zero. Qualquer um pode perceber que maximizar a população não maximiza a quantidade de bens.

Desde que Garrett Hardin publicou o artigo *The Tragedy of the Commons* em 1968 a expressão “tragédia dos comuns” simboliza a degradação do meio ambiente, esperada sempre que muitos indivíduos usam os escassos recursos comuns livremente. Ele examina a situação de um pasto “aberto a todos” e então passa a olhar pelo ponto de vista de um pastor racional. Nesse exemplo, cada pastor recebe os benefícios diretos de seu próprio animal e sofre indiretamente pela deterioração dos pastos quando o seu rebanho, e o dos outros, sobre utilizam-no. Cada pastor então é motivado a adicionar mais e mais gado, pois recebe o benefício direto do seu animal a mais e recebe apenas uma parte dos custos resultantes pela deterioração do pasto, nas palavras de HARDIN (1968, p. 1244). Como resultado desse processo perverso, tem-se a tragédia dos comuns:

*Adding together the component partial utilities, the rational herdsman concludes that the only sensible course for him to pursue is to add another animal to his herd. And another, and another(...) But this conclusion reached by each and every rational herdsman sharing a commons. Therein is the tragedy. Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit - in a world that is limited. Ruins is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all (HARDIN, 1968, p.1244).*

Hardin não foi o primeiro a prever a tragédia. Aristóteles (Políticas, livro II, cap. 3 *apud* OSTROM 1990) há muito tempo já havia observado que “aquilo que é comum para o grande número de pessoas possui menor cuidado outorgado. Todos pensam principalmente no seu próprio interesse, e dificilmente no interesse comum”. Mais além, para OSTROM (1990) até mesmo a parábola de Hobbes do Homem no Estado da Natureza é um protótipo da Tragédia dos Comuns, pois os homens buscando seu bem próprio acabam lutando uns contra os outros<sup>1</sup>. Aparentemente, existe alguma verdade no ditado conservador de que aquilo que é de todos, não é de ninguém.

Riqueza que é livre a todos não é valorada por ninguém, pois aquele que for tolo o suficiente para esperar o momento certo para utilizá-la descobrirá, no futuro, que ela foi tomada por outra pessoa (...). Os peixes livres no oceano não têm valor para o pescador, pois não existem garantias de que ele estará lá amanhã se ele for deixado para trás hoje (GORDON, 1954, p.124).

Para BERKES *et al.* (2001), o primeiro erro de HARDIN, foi confundir uma propriedade de uso comum com uma propriedade aberta a todos. Segundo BERKES *et al.*, mesmo em situações em que não há presença de um governo central, historicamente na maioria dos casos existe algum tipo de regulação por parte dos agentes locais, ou seja, os “comuns”, dão direitos iguais aos indivíduos que fazem parte do grupo de utilizadores dos recursos de certa localidade, o que difere de um local onde não existem normas ou qualquer tipo de regra, onde impera o *laissez-faire*. O segundo erro reside no fato de ela não considerar as relações sociais existentes entre os usuários de determinado recurso. Indivíduos estão muitas vezes fortemente organizados por seu modo de vida, ou pelo tipo de estrutura social da qual fazem parte, embora muitas vezes não possuam uma cartilha

<sup>1</sup> OSTROM 1990 aponta que Michael Taylor (1987) analisa a estrutura da teoria de Hobbes para mostrar que criação de um Leviatã teria como objetivo evitar o equilíbrio de situações como às estruturadas em um Dilema do Prisioneiro.

de regras formal, escritas ou bem definidas. Provém, daí, a afirmação de que os cientistas sociais foram os primeiros a terem uma posição cética em relação à tragédia dos comuns.

Acerca desse ponto da organização social, POLANYI afirma:

A descoberta mais notável da investigação histórica e antropológica recente é que, em regra, **a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos mantêm entre si**. O homem não age tanto de maneira a salvaguardar seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social. Só valoriza os bens materiais na medida em que estes possam servir esses outros fins. Nem o processo de produção nem o de distribuição estão ligados a interesses econômicos específicos relacionados com a posse de bens; mas cada momento desses processos se articula com certo número de interesses sociais que, em última análise, são a garantia de que a atividade necessária será levada a cabo. Os interesses em causa serão muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa vasta sociedade despótica - mas nos dois casos, **o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas** (POLANYI, 1957, p.179, grifo meus).

### 1.2.1 Pilares Centrais dos defensores do estado e do privado

Segundo OSTROM (1990), o problema em diversos casos de uso excessivo dos recursos naturais é o mesmo: como limitar de maneira ótima o uso dos recursos naturais de forma a garantir a viabilidade econômica no longo prazo? Defensores da regulação central, da privatização e da regulação por aqueles grupos de interesse envolvidos têm pressionado sobre suas recomendações de políticas práticas em uma variedade de áreas diferentes. O problema de como governar os recursos naturais utilizados por diversos indivíduos em comum não está melhor desenvolvido na academia que no meio político. Alguns artigos acadêmicos recomendam que o Estado deve controlar a maioria dos recursos naturais para prevenir a sua destruição, outros recomendam a privatização para a solução dos problemas.

O que se pode observar é que nem o governo, nem o mercado conseguem garantir que os indivíduos usem os recursos naturais de uso comum de forma sustentável no longo prazo. Além disso, algumas comunidades têm se apoiado em instituições que não são

nem de mercado nem do governo, para governar os recursos naturais com algum grau de sucesso por longos períodos de tempo (OSTROM, 1990).

Para OSTROM (1990), a teoria econômica utilizada por aqueles que defendem a privatização ou o monopólio estatal está baseada em três modelos que são os pilares centrais de sua argumentação: a tragédia dos comuns, apresentada nos primeiros parágrafos deste capítulo, o dilema do prisioneiro (DP) e a lógica da ação coletiva.

O segundo pilar central, segundo OSTROM (1990), na argumentação daqueles defensores de um receituário político baseado na privatização ou na centralização central é um caso específico da Teoria dos Jogos, o Dilema do Prisioneiro. O modelo de HARDIN tem sido formalizado como um jogo de Dilema do Prisioneiro (DP). Para DAWES *apud* OSTROM (1973, 1975), os jogadores nesse jogo são pastores utilizando um pasto comum. Para esse pasto existe um limite superior de animais que podem pastar.

Os DPs são, então, contextualizados como um jogo não-cooperativo no qual os jogadores possuem completa informação. Em jogos não-cooperativos a comunicação através dos jogadores é proibida, impossível ou simplesmente irrelevante a não ser que isso seja expressamente modelado como uma parte do jogo. O ótimo de Pareto ocorre quando não existe alternativa estritamente preferida por pelo menos um dos jogadores que é pior para os outros. O paradoxo de que a estratégia da racionalidade individual leva à irracionalidade coletiva, é um desafio fundamental para entender a fé na crença de que a racionalidade individual leva a racionalidade coletiva. Richmond Campbell explica isso como a “forte atração” do dilema:

*Quite simply, these paradoxes cast in doubt our understanding of rationality and, in the case of the Prisoner's Dilemma suggest that it is impossible for rational creatures to cooperate. Thus they bear directly on fundamental issues in ethics and political philosophy and threaten the foundations of the social sciences. It is the scope of these consequences that explains why these paradoxes have drawn so much attention and why they command a central place in philosophical discussion (CAMPBELL *apud* OSTROM 1985, p. 3).*

Ainda, segundo OSTROM (1990), a tragédia dos comuns, o dilema do prisioneiro e a lógica da ação comum são conceitos estritamente relacionados nos modelos que foram definidos como uma forma de ver diversos problemas nos casos em que indivíduos



tentam conseguir o bem comum. No cerne de cada um desses modelos está o problema do carona (*free-rider*). Quando uma pessoa não consegue excluir os benefícios de outros, cada pessoa é motivada a não contribuir com o esforço comum, mas a pegar carona nos esforços dos outros. Se todos os participantes escolhem pegar carona, o benefício comum não será produzido. A tentação da carona, no entanto, talvez domine o processo de decisão e, portanto, chegará ao ponto em que ninguém quer estar, onde todos querem pegar carona, mas ninguém estará de fato produzindo.

O que faz desses modelos tão interessantes e tão poderosos é que eles capturam importantes aspectos de diferentes problemas que ocorrem de diversas formas em todas as partes do mundo, possibilitando uma ferramenta única de análise para vários casos distintos. Por outro lado, o que faz desses modelos tão perigosos, quando são utilizados como metáfora para uma fundamentação política, é que as variáveis que são supostas como parâmetros fixos muitas vezes são meras suposições e podem não ser empiricamente fixos. Por exemplo, no Dilema do Prisioneiro, o usuário não pode mudar as restrições impostas sobre ele, pois ele está preso. Todavia, nem todos os usuários de recursos naturais são similarmente incapazes de mudar suas restrições. Enquanto indivíduos forem vistos como prisioneiros em um dilema, recomendações de políticas serão meras metáforas. Mais interessante é direcionar a questão de como aprimorar a capacidade daqueles envolvidos em mudar as regras restritivas do jogo para atingir outros resultados do que a inevitável tragédia (OSTROM, 1990).

Muitos trabalhos ainda serão necessários para desenvolver a teoria da ação coletiva com uma fundamentação forte e útil para a análise política (OSTROM, 1990).

A ação coletiva abarca toda a gama que vai desde o costume não organizado aos diversos interesses em curso das organizações, como a família, a corporação, a associação comercial, o sindicato, o sistema de reservas, o Estado. Sendo que o princípio em comum de todos eles é o maior ou menor controle, liberação e ampliação da ação individual mediante a ação coletiva. Esse controle dos atos do indivíduo sempre resulta, e se pretende que resulte, em um ganho ou perda para o outro, ou outros indivíduos. Por exemplo, no caso de cumprimento de um contrato: a dívida de alguém é exatamente igual ao crédito criado em benefício de outra pessoa. Dessa forma, a relação social resultante é uma situação econômica que depende das expectativas de como cada uma das partes dirige seu comportamento (CALDASSO, 2015, p. 65).



Segundo OPHULS (1973), os problemas ambientais que surgem a partir da tragédia dos comuns, não podem ser resolvidos a partir da cooperação. Ele conclui que mesmo que evitemos a tragédia dos comuns, será apenas com o recurso da tragédia do *Leviatã*. Se a escassez existe, e está presente como nunca antes na história do homem, como poderíamos evitar a conclusão de que o *Leviatã* – a autocracia benigna de Thomas Hobbes – é inevitável? Dados os atuais níveis populacionais e tecnológicos, para OPHULS, é impossível evitar essa conclusão. A consciência individual e o tipo de atitude cultural por si só não são suficientes para superar os cálculos de utilidade que levam o homem a causar a degradação ambiental. Isso não significa que o altruísmo e a preocupação com as futuras gerações não existam, todavia, tais características não se fazem presentes numa quantidade suficiente para evitar a tragédia. Segundo o autor, HOBBS e HARDIN ainda corroboram com o pensamento de que a “espaço nave” *Terra* deve ter um capitão, do contrário, o egoísmo coletivo e a irresponsabilidade levarão à Tragédia dos Comuns. Assim, o autor defende que o problema central é definir a forma do *Leviatã*.

### **1.2.2 Problemas da política apoiada na Tragédia dos Comuns**

Infelizmente, a argumentação de HARDIN não o preveniu de escrever que as únicas soluções para o manejo sustentável seriam a iniciativa privada de um lado ou o socialismo de outro lado (OSTROM, 1990).

A argumentação do *Leviatã* leva muitos acadêmicos a prescrever a necessidade de governos mão-de-ferro, como HEILBRONER (1974) *apud* OSTROM (1990) que defendia as ditaduras militares para manejarem os recursos naturais. Esse conselho de que fortes governos centrais devem controlar os recursos naturais foi extensivamente seguido por países do terceiro mundo. Uma forma de visualizar essa proposição de um forte governo central é modificando o jogo do pastor de HARDIN. Porém, agora quem decide a quantidade a ser usada por cada pastor é o governo central, e ele propõe que haja uma multa para aqueles que exploram mais do que o permitido. O equilíbrio ótimo é alcançado ao seguir o conselho do governo central, portanto, é baseado na premissa de que ele terá informação acurada, capacidade de monitoramento, capacidade de promover sanções a infratores e zero custos de administração. Sem informação confiável, uma

agência central poderia cometer diversos erros, incluindo erros na estimação da capacidade de suporte do sistema, multar pastores que cooperaram ou não multar pastores que não cooperaram.

Ainda, segundo OSTROM (1990), muitos que advogam sobre a centralização ou a privatização, aceitam como princípio geral que uma mudança institucional deve vir de fora e ser imposta sobre os indivíduos afetados. Apesar de dividirem a fé na necessidade e eficácia de “o estado” para mudar instituições assim como aumentar a eficiência, as mudanças institucionais que eles recomendam não poderiam estar mais distantes. Ao invés de propor uma solução geral, OSTROM (1990), analisa diversas soluções e porque cada uma dessas soluções foi ou não bem sucedidas. Por que algumas soluções deram certo enquanto outras falharam? O que foi aprendido de algumas experiências que ajudarão a estimular o desenvolvimento e a implantação de uma melhor política na gestão dos recursos comuns?

Instituições são dificilmente estritamente públicas ou privadas - o “mercado” ou o “estado”. Muitas situações de sucesso da gestão dos recursos de uso comum (do inglês *Common Pool Resources – CPRs*) envolvem uma rica mistura de público e privado, desafiando essa noção de dicotomia estéril. Um novo jogo então é proposto, no qual os participantes do jogo são aqueles que têm interesse próprio em fazer as negociações e monitorar uns aos outros, esse jogo é mais eficiente, pois não há necessidade de contratar agentes de monitoramento, o que acarretaria em custos muito altos. Alguns mecanismos de execução envolvem o governo externo, outros envolvem os membros de uma comunidade contratados para fazer o monitoramento e outros envolvem os próprios usuários como agente de monitoramento mútuo.

### 1.3 A CO-GESTÃO DOS RECURSOS COMO ALTERNATIVA

#### 1.3.1 Contextualização

Segundo CALDASSO (2015), a co-gestão, também chamada de gestão coletiva ou gestão compartilhada, tem sido debatida por um corpo teórico internacional das escolas norte-americano e canadense, representado por autores como Elinor Ostrom, Daniel Bromley, Fikret Berkes, Robert Pomeroy, entre outros.

Por se tratar de uma forma de gestão alternativa, a qual se acredita ser mais eficiente do que àquelas expostas na primeira parte desse capítulo, sendo defendida tanto por intelectuais no Brasil quanto no exterior como a melhor alternativa em termos de desenvolvimento social e do meio ambiente (CALDASSO, 2015), a segunda parte do capítulo traz uma breve defesa da gestão compartilhada e trataremos das principais formas de gestão compartilhada, de forma a termos uma base para analisar o caso região estudada nos capítulos que se seguem.

PINKERTON (1989) defende a co-gestão dos recursos comuns da pesca, especificamente, argumentando que ambas as partes devem ceder um pouco para haver um ganho mútuo. De um lado, os estoques de peixes se mantêm estáveis, o que é de interesse do governo e, por outro lado, os pescadores ganham um pouco mais de poder de decisão. O interesse nos acordos de *co-management* entre governo e pescadores surgiu por um lado através de rumores acerca da crise de esgotamento dos estoques pesqueiros, e por outro lado através de pressões políticas resultantes de reivindicações de que o governo não tem habilidade para solucionar problemas pontuais no manejo da pesca.

Os acordos constituem uma maneira criativa de quebrar o impasse causado pelo conflito entre autoridades e pescadores para solucionar de maneira mais efetiva os mecanismos de crise – de estoque e de política. Geralmente, nesses casos, pescadores demandam voz no processo de tomada de decisão pois perderam a crença na capacidade do governo de solucionar problemas relacionados à pesca. Assim, pescadores apontam para a falta de dados adequados e a capacidade do governo de piorar os problemas, por meio de políticas bem intencionadas (PINKERTON, 1989).

Autoridades governamentais podem igualmente não confiar nos pescadores - enxergando-os como predadores insaciáveis que irão eliminar todo o estoque pesqueiro se medidas restritivas severas não forem elaboradas- mas podem estar dispostos a ceder um pouco de poder em troca da cooperação e da assistência dos pescadores no manejo dos recursos. Dessa forma, ocorre um balanceamento no poder de forma que os pescadores não sentem que foram usados de acordo com a conveniência do governo. Já o governo, por outro lado, pode agir de forma a checar com maior facilidade as possíveis violações que ocorrerem, e que põem em risco a conservação dos estoques pesqueiros ou a justa distribuição dos benefícios gerados através da pesca (PINKERTON, 1989).

Evelyn Pinkerton então conclui que o resultado desse processo é a manutenção dos recursos de forma mais saudável. O envolvimento dos pescadores no processo de gestão altera o tipo de relacionamento que possuem com o governo. Os pescadores se tornam contribuidores ativos no processo de aperfeiçoamento da gestão dos recursos e são mais aptos a se fazerem escutar pelas autoridades governamentais. Por exemplo, as relações entre pescadores se alteram a partir de melhorias nas distribuições dos benefícios da pesca, trazendo assim um motivo para se reforçar o objetivo comum – a manutenção da vitalidade dos recursos – e assim, os pescadores passam a dar a devida importância à gestão dos recursos (PINKERTON, 1989).

Nos casos em que governos e usuários dividem poderes e responsabilidades em busca da manutenção e/ou recuperação dos estoques pesqueiros (através de planos de longo prazo) e para a proteção do habitat as práticas de gestões de manejo compartilhado são especialmente apontadas como um procedimento eficiente. Isso é realizado, principalmente, através dos esforços dos pescadores em permanecerem como usuários (dos recursos da pesca) no longo prazo. O desenvolvimento de base comunitária<sup>2</sup> pode vir como um resultado secundário do processo, pois a comunidade é levada a um sistema participativo de perpetuação de experiências positivas: quando ocorrem melhorias no âmbito da pesca, maiores são os benefícios para as comunidades, e esse processo pode se

<sup>2</sup> *Community-based-development*

repetir sucessivamente de maneira a perpetuar um ciclo de melhorias<sup>3</sup>(PINKERTON, 1989).

#### 1.4 CARACTERIZAÇÃO DA CO-GESTÃO

Segundo OSTROM apud POMEROY (1996), existem 11 características a serem reconhecidas e implantadas a fim de se obter uma gestão compartilhada bem sucedida, que são:

- 1) Fronteiras bem definidas: As fronteiras das áreas a serem manejadas devem ser bem definidas de forma que os pescadores possam ter conhecimento preciso, além disso devem ser baseadas em um ecossistema no qual os pescadores possam facilmente observar e entender e devem ter um tamanho que permita o manejo com a tecnologia disponível na região.
- 2) Filiações bem definidas: Os pescadores individuais ou as famílias que utilizam os recursos devem ser bem definidos, a quantidade de utilizadores não deve ser muito grande de forma a restringir a comunicação e a tomada de decisão.
- 3) Coesão do grupo: O grupo ou organização que reside nas áreas a serem manejadas devem ser coesos, em termos de parentesco, étnica , religião e equipamento de pesca.
- 4) Existência de organização: Os pescadores têm alguma experiência em sua comunidade tradicional, ou organização de grupo, a qual representa todos os utilizadores dos recursos e grupos de interesses no manejo da pesca.
- 5) Benefícios excedem os custos: Os indivíduos têm a expectativa de que os benefícios obtidos a partir da participação e da cooperação baseada na comunidade irão exceder os custos em investir nessas atividades.
- 6) Participação daqueles afetados: A maioria dos indivíduos afetados pelo arranjo de manejo estão incluídos no grupo que faz e pode modificar esses arranjos

<sup>3</sup> A esse processo a autora dá o nome de “positive feedback loop”

7) Regras de gestão aplicadas: As regras de manejo devem ser simples. O monitoramento e a aplicação dessas regras devem ser fáceis, de forma a ser bem efetiva e compartilhada por todos os pescadores.

8) Organização dos direitos legais: O grupo ou organização de pescadores tem o direito legal de organizar e fazer arranjos relacionados às suas necessidades. Isso deve ser permitido pela legislação governamental, que deve definir e elucidar a responsabilidade e autoridade local.

9) Cooperação e liderança na comunidade: Deve haver um incentivo e vontade por parte dos pescadores de, ativamente, participar com tempo, esforços e dinheiro no manejo da pesca. Deve haver um indivíduo ou um núcleo de indivíduos que tomam responsabilidade pelo processo de manejo.

10) Descentralização e delegação de autoridade: O governo deve estabelecer uma política e/ou leis para a descentralização das funções administrativas, da delegação dos responsáveis pelo manejo, bem como das autoridades e dos grupos locais.

11) Coordenação entre governo e comunidade: Um corpo de coordenação é estabelecido externamente ao grupo ou organização local com representantes tanto do grupo de pescadores e do governo, para monitorar o arranjo de manejos locais, resolução de conflito e reforçar as regras locais de *enforcement*.

#### **1.4.1 Direitos de propriedade**

Segundo CALDASSO (2015), as conclusões extraídas da literatura existente é que o reconhecimento legal dos direitos de propriedade comunal de recursos comuns constitui chave do êxito de processos de exclusão em regimes comunais. Em relação aos recursos de propriedade comum, os mais relevantes direitos de propriedade em nível operacional são os direitos de "acesso", ou seja, o direito de formular uma definição de propriedade física e o direito de "extração", ou seja, o direito de obter produtos de um recurso.

Segundo POMEROY (1996) *apud* CALDASSO (2015), os indivíduos que possuem os direitos acima citados podem ou não ter direitos sobre a ação de escolha coletiva, ou seja, direitos de gestão, exclusão e alienação sobre os recursos comuns. Os

direitos sobre a gestão dão o poder ao indivíduo de escolher as formas como o recurso é extraído, quais as técnicas que podem ser utilizadas, por quem e o período em que se pode retirar produtos (peixes). O direito de exclusão dá poderes de excluir certos indivíduos do uso dos recursos comuns, seja por uma seleção prévia ou por regras pré-estabelecidas, como idade máxima ou mínima, tipo de embarcação utilizada etc. Ou seja, aqueles que possuem os direitos de exclusão têm a capacidade de escolher qual a qualificação do utilizador dos recursos. Já o direito à alienação diz respeito à capacidade de vender ou transferir os direitos. Esses direitos podem se originar *de jure*, através de uma concessão do governo, ou *de facto* surgindo através da imposição dos pescadores, uns sobre os outros, ou sobre o governo. Essas duas formas, *de jure* e *de facto*, podem se sobrepor, conflitando ou complementando-se. Embora os direitos *de facto*, não sejam reconhecidos por agentes governamentais até que se tornem direitos *de jure*, muitas vezes eles têm se revelado eficazes e equitativos na gestão da pesca.

### 1.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Nesse capítulo, começamos por expor as ideias tradicionais, que no esquema analítico convencional é em última instância vista como um problema de alocação intertemporal de recurso e investimento, por agentes econômicos racionais motivados pelo cálculo das maximizações das suas utilidades. (ROMEIRO, 2003, p.3). Seguindo nesse raciocínio, a ação coletiva, por meio do Estado vem somente a corrigir as falhas de mercado, que ocorrem pelo fato de os recursos ambientais se tratarem de bens públicos, e.g. peixes no oceano, não havendo um preço - o principal mecanismo de controle do acesso à um bem. Corrigidas essas falhas de mercados a alocação intertemporal dos recursos estaria solucionada, não havendo outros problemas como a incerteza e o risco da escassez permanente e a extinção de espécies.

No esquema analítico estudado na segunda seção deste capítulo, o problema é visto como um problema de gestão de recursos. Tendo em vista que os recursos são finitos e compartilhados por diversos indivíduos, a co-gestão vem como uma alternativa às políticas de comando e controle, demonstrou-se limitado no controle da degradação (LUSTOSA; CÁNEPA; YOUNG apud MAY, 2003). No que se refere à pesca artesanal, em comunidades tradicionais, como é o caso REJ, as políticas tradicionais encontram

diversas barreiras, como os altos custos de monitoramento e levantamento de dados relevantes à gestão imposta verticalmente. A pergunta que devemos ter em mente nos próximos capítulos desse texto é: Como manejar os recursos pesqueiros de forma sustentável, beneficiando os *stakeholders*<sup>4</sup> e evitando a trágica extinção de espécies marinhas?<sup>5</sup>

<sup>4</sup> O termo *stakeholder* refere-se, além das comunidades, as ONGs, setor público, outras firmas e formadores de opinião em geral. Para detalhamento do conceito, ver: VINHA (2003). Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social.

<sup>5</sup> Como um trabalho de Monografia, essa obra não pretende de fato dar respostas essa pergunta, apenas indagar e trazer conhecimentos à cerca dessa problemática.



## CAPÍTULO 2 – DO TERRITÓRIO, DA PESCA E DE SEUS USUÁRIOS

Este capítulo tem como objetivo fazer uma contextualização das áreas estudadas quanto à caracterização das comunidades tradicionais caiçaras - tipos de pescarias, recursos pesqueiros, entre outros aspectos importantes para a discussão acerca dos desafios e conflitos que devem ser compreendidos para a discussão da gestão local, a ser discutida no capítulo seguinte.

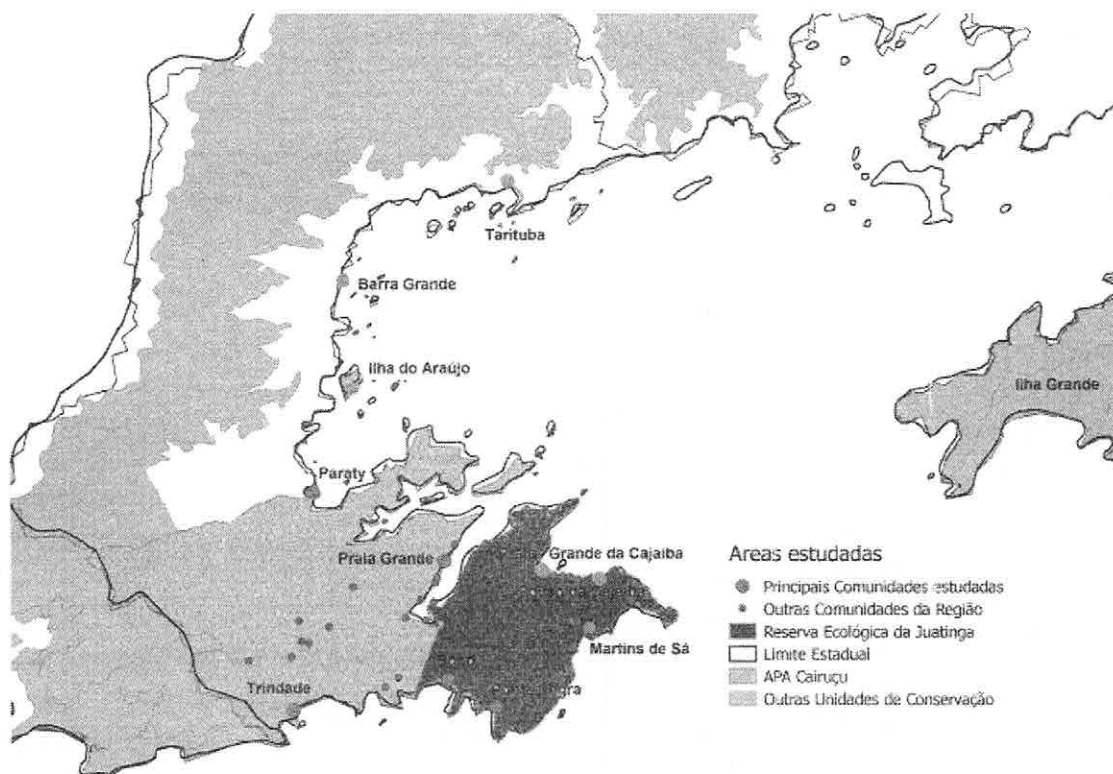
Esse trabalho irá estudar a área que abrange o Município de Paraty, onde se localiza a Reserva Ecológica da Juatinga, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e a Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim além de fazer fronteira com outras UCs, como a Estação Ecológica de Tamoios, por exemplo. Fez-se necessário estudar ou apontar também locais das áreas no entorno como centro urbano de Paraty e a Praia de Trindade, que não pertencem a nenhuma categoria de Unidade de Conservação.

Dentre os muitos locais desta complexa região, foram citados nesse capítulo: Antigos, Antiguinhos, Calhaus, Cairuçu das Pedras, Cela, Grande da Cajaíba, Itaóca, Ilha do Araújo, Ipanema, Martim de Sá, Pouso da Cajaíba, Grande, Ponta da Rombuda, Ponta da Juatinga, Ponta Negra, Saco das Anchovas, Saco das Sardinhas, Saco do Mamanguá, Sono, Sumaca, Tarituba, Trindade, e Laranjeiras.

As localidades de Trindade, Sono, Ponta Negra, Ilha do Araújo, Praia Grande, Barra Grande e Tarituba receberam maior atenção por fazerem parte de estudo feito por HANAZAKI *et al.* (2014), que serviu como principal bibliografia para o levantamento de dados. Ainda, essa mesma autora aponta para diferenças em relação ao modo de vida em duas microrregiões, a saber: a primeira é composta por Barra Grande - Praia Grande - Ilha do Araújo, e a segunda por Trindade - Praia do Sono - Ponta Negra.

A Figura 1 resume os principais locais estudados, além do centro urbano de Paraty que serve como ponto de referência e também as comunidades de Pouso da Cajaíba e Martim de Sá. As duas comunidades foram incluídas no mapa por serem bem conhecidas: a primeira por se tratar de um local de grande fluxo de barcos de pesca e turísticos; a segunda por ser um tradicional local de *camping* muito frequentado por turistas, principalmente mochileiros.

Nesse capítulo não trataremos das questões legais institucionais e de gestão territorial, pois voltaremos a esse assunto no capítulo seguinte, no qual faremos um estudo sobre os responsáveis pela gestão das unidades de conservação, as autoridades mais atuantes e mais conflitantes, a fim de entender a intrincada rede de Unidades de Conservação (UC's) e o Mosaico Bocaina.



(Figura 01. Principais comunidades estudadas.)

Fonte: Elaboração própria utilizando *software arcgis* a partir de dados do INEA.

Confecção: Camilla Aguiar e Gabriel Horovitz

## 2.1 PARATY

### 2.1.1 História de Paraty

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1948), as terras que atualmente abrangem o município de Paraty eram habitadas pelos índios de uma tribo denominada “Goianá”. A devastação das terras da região foi motivada pela necessidade da abertura de um caminho que ligasse as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, e, principalmente, Minas Gerais, em um contexto no qual a Serra do Mar se colocava como um obstáculo intransponível. Logo, Paraty gozava da regalia de ser um ponto de passagem obrigatório para viajantes, bem como um estacionamento de viajeiros que buscavam o interior de São Paulo e Minas Gerais. Em 1597, Martim Corrêa de Sá, filho do Governador Salvador de Sá, aproveitou o caminho marítimo-terrestre via Paraty para alcançar as “Minas Novas”. Embarcando do Rio de Janeiro chegou por mar à Paraty, acompanhado por 700 portugueses e 2000 índios, penetrando em São Paulo, rumo a Pindamonhangaba, onde atingiu o valo do rio Paraíba e chegou posteriormente nas terras das “Minas Gerais”. Portanto, vemos que em fins do século XVI a localidade já era bem conhecida. No início do século XVI, segundo o IBGE, tropeiros já haviam percorrido os caminhos desse roteiro, construindo ranchos, marcos iniciais das povoações que ali floresceriam. Em 1646, graças à doação de um terreno por parte de Maria Jacome de Melo, um templo religioso foi erguido e a Nossa Senhora dos Remédios foi escolhida como protetora do local.

Em 1660, era tamanho o progresso da região, que um paratiense de nome Domingos de Abreu requereria em nome do povo ao capitão-mor de São Vicente, que Parati fosse elevado à categoria de vila, construindo, por sua conta própria antes mesmo da resposta ao requerimento, o pelourinho<sup>6</sup>, símbolo primitivo de autonomia e autoridade. Em 1667, por força da Carta Régia de 28 de fevereiro, Paraty finalmente foi elevada à categoria de vila.

Porém, a partir de 1725, Paraty começa viver seu declínio com a abertura de uma rota alternativa para as “Minas Gerais”, conhecida como “caminho novo”.

<sup>6</sup> Pelourinho significa uma coluna ou armação de madeira levantada em lugar público ou em um lugar central, na qual o intuito era castigar publicamente criminosos. Era um símbolo do grau de autonomia municipal das vilas e cidades (Michaelis, 2004).

Posteriormente, com o advento da Lei Áurea, verificou-se a intensificação do movimento de colapso da cidade, com o êxodo dos trabalhadores rurais, e como aponta o IBGE (1948), já poderia se observar a degradação ambiental. Após o abandono das terras rurais, vários cursos d'água tiveram seus leitos obstruídos, resultando, assim, na formação de pântanos que prejudicaram a salubridade das terras.

Ainda segundo a Sinopse Estatística do Município de Paraty publicado em 1948, os dados censitários de 1940 mostram que a população do distrito de Paraty era de 5.913 habitantes, dos quais, 1554 em zona urbana e 4.359 em zonas rurais. Já a população do distrito de Paraty-Mirim<sup>7</sup> era de 3.116 habitantes, todos em zonas rurais.

### **2.1.2 Município de Paraty: Indicadores Econômicos**

Segundo dados do IBGE, a população do município de Paraty em 2010 era de 37.533 habitantes, dentre os quais 9.844 residiam no meio rural (IBGE, 2010). Paraty conta com uma área total de 925.392 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 40,57 hab/km<sup>2</sup>, PIB - a preços correntes de 2013 - de 3.153,153 mil reais, dos quais o valor adicionado da indústria é de 1.843.558 mil reais, 941.988 reais é o valor adicionado pelos serviços, incluindo administração, saúde e educação pública e seguridade social (IBGE, 2013). O PIB per capita do município de Paraty é de 79.960,25 reais (IBGE, 2013). As receitas orçamentárias realizadas, em 2014, foram de 244.933 mil reais, enquanto que as despesas orçamentárias empenhadas foram de 213.891 mil reais.

### **2.1.3 Território**

Segundo DIEGUES (1996), um importante elemento na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território, no qual o território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes. Por isso, para as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, o território é mais vasto que para os terrestres. De acordo com o autor (1996), distintamente das sociedades urbanas industriais, o território é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio e áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem

levado autoridades da conservação a declará-lo parte das “unidades de conservação” porque “não é usado por ninguém” e nesse fato reside parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

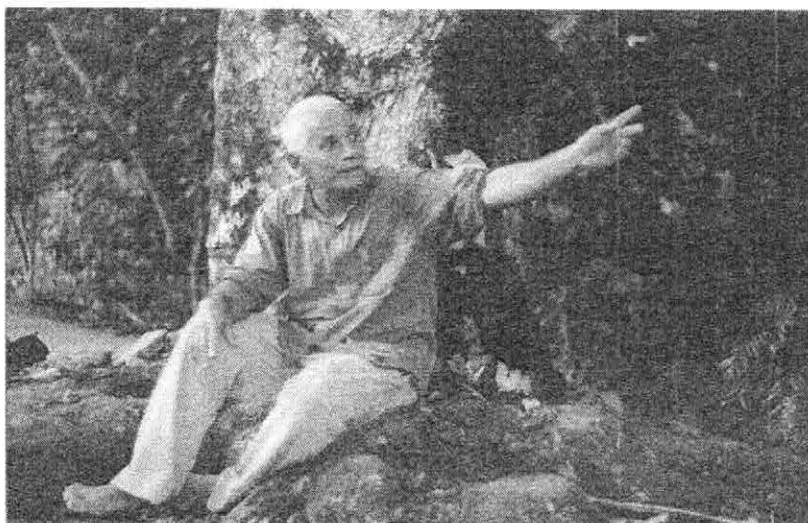
Segundo MIÊ (2006), a península da Juatinga constitui-se na Baía da Ilha Grande, sendo o último fragmento contínuo litorâneo de áreas de mata atlântica do estado do Rio de Janeiro. A Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) toma toda a península e está inserida dentro da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu) que, por sua vez, se limita com o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PARNA Bocaina), a Serra do Mar e outras áreas protegidas do litoral norte de São Paulo. Segundo a historiadora:

É uma das mais belas e conservadas regiões litorâneas do país, mesmo se situando entre as duas maiores capitais. A área protegida vai de Parati-Mirim, na parte do mar interior, e passa pelo Saco do Mamanguá, único fiorde do hemisfério Sul. [...] As praias da Ipanema, Itaóca e Calhaus são habitadas por comunidades caiçaras, com poucas casas veranistas. O Pouso da Cajaíba, aonde se chega após duas horas e meia de barco de Parati, é bem turístico, com bares e casas para temporada. [...] Da Praia do Pouso sai a trilha de mais 2 horas até a Praia do Martim de Sá. No costão da Península, já na área do mar aberto, onde existe um importante farol, situa-se a comunidade de pescadores da Ponta da Juatinga, de difícil acesso. Após a comunidade da Ponta da Juatinga, abre-se a região oceânica, conhecida como costeira. Após o farol, fica a Ponta da Rombuda, habitada apenas pelo casal Camuzinho, Creuseli e os filhos. Local isolado e extremamente belo, onde foram encontradas práticas caiçaras tradicionais já extintas na maioria dos lugares. A próxima praia é a Sumaca, nome de um antigo tipo de embarcação e também habitada por apenas um morador, Manequinho. A segunda depois do farol e realmente possuidora de uma enseada e de um rio é a Praia do Martim de Sá. Coberta de densa mata entre as altas montanhas do vale tem apenas o rancho dos barcos de Seu Maneco, ou Manoel dos Remédios, entre as castanheiras da praia. No Saco das Anchovas, há parentes da família dos Remédios, e depois Cairuçu das Pedras, Ponta Negra, Antiguinhos, Antigos e Praia do Sono, onde acaba a área de conservação. Depois vem o condomínio de Laranjeiras, habitado por multimilionários, e a famosa Praia da Trindade, onde os violentos processos de grilagem na década de setenta inseriram o tema caiçaras na pauta de discussão dos movimentos sociais. Existem outras localidades caiçaras na Península, como o Saco das Sardinhas, a Cela, e habitações em pequenas enseadas (MIÊ, 2006, p.29).

De acordo com BARRETOS (2009), Martim de Sá, Pouso da Cajaíba e Praia Grande da Cajaíba são exemplos de localidades próximas habitadas por famílias caiçaras.

Martim de Sá, por exemplo, é habitada apenas pela família de Manoel dos Remédios. O Pouso da Cajaíba, por sua vez, é bem mais populoso com cerca de 280 habitantes (BARRETOS, 2009, p.30). A Praia Grande da Cajaíba, que em 2000 era habitada por 87 famílias, hoje conta apenas com duas famílias, sendo uma delas composta apenas por uma anciã (BARRETOS, 2009, p.31). MIÊ (2006) aponta ainda a presença do último caiçara morador do centro histórico de Paraty no Município de Paraty, o Mestre Hildo (MIÊ, 2006, p.22).

## 2.2 O CAIÇARA



(Figura 02. Manoel dos Remédios, caiçara da praia do Martim de Sá)

FONTE: MIÊ (2006, p.9)

Segundo SILVA (2005), o entendimento do que significa a cultura caiçara parte, em primeiro lugar, de se entender o próprio termo “caiçara”. A autora ressalta que há controvérsias em relação à origem do termo. Etimologicamente, o vocábulo é de origem Tupi Guarani, *caá-içara*, que se refere aos tocos para prender canoas, próximas às tabas. A autora ressalta que “o dicionário *Aurélio* traz a seguinte definição: “1. Cerca feita de varas ou galhos; 2. Caipira do litoral paulista” (AURÉLIO *apud* SILVA, 2005, p.14843). Porém, o aspecto da localização geográfica se apresenta com maior vagueza, pois define como caiçaras todos aqueles indivíduos que nascem e moram nos litorais paulista, paranaense e em parte do litoral fluminense.



A exposição de vários aspectos para a definição do termo caiçara, não quer dizer que haja um certo ou verdadeiro, e sim que [...] ele é apresentado tal qual foi visto e sentido [...] como o morador do litoral [...], fruto da miscigenação de brancos, índios e negros, que herdou destes, costumes conhecimentos, mitos, tecnologias, técnicas, que num contexto ímpar de contato com o mar e a Mata Atlântica, desenvolveu característica próprias (Silva, 2005, p.14843).

Segundo BARRETO (2009), apesar da relação do Caiçara com seu lugar ser muito intensa e circunscrita em sua cultura, não existe um sentimento de posse semelhante à de uma propriedade particular tradicional. As comunidades possuem muitas áreas comuns, utilizadas por todos, no qual mesmo as áreas que por herança pertencem à uma certa família, são utilizadas por todos. A definição da “propriedade da terra” para os Caiçaras é seu uso pelas gerações anteriores. A ideia de propriedade privada não se enquadra muito bem na lógica das relações com a terra dentro das comunidades. Ao contrário, a lógica que prevalece é a lógica utilitária da terra, no qual muitas terras são “emprestadas” a pessoas que precisam usá-la. Por isso é comum que amigos trabalhem na terra juntos e dividam entre suas famílias o que for produzido.

Dai, BARRETO (2009) demonstra que a conservação dos meios possui uma função vital para os caiçaras. A qualidade de vida deles depende diretamente da obtenção de recursos naturais e, conseqüentemente, existe uma co-evolução entre a cultura e os ecossistemas locais. Podem-se classificar quatro distintos territórios ocupados pelos Caiçaras, a saber: i) o mar, ii) o rancho, iii) a praia e iv) as trilhas.

BRANCO (2005, p.48) identifica que um traço cultural que se sobressai na tradição caiçara é sua habilidade no manejo da terra, na qual criam as condições de possibilidade para a manutenção da produtividade do solo com ênfase no pousio<sup>8</sup> além de outras técnicas para manter os nutrientes - como a compostagem dos resíduos orgânicos. Ainda, a “falta de ambição” é uma característica marcante, principalmente nos mais idosos. Isso significa dizer que existe um desprendimento em relação a noção de riqueza e de bens materiais, bem como uma não preocupação evidente com o amanhã ou o planejamento do “futuro”, traços presentes na cultura urbano-industrial.

<sup>8</sup> Tempo de descanso entre cultivos, que possibilita a manutenção da fertilidade do solo.

É Alice [BRANCO] quem diz: “Uma análise mais aprofundada nos dirá que, com certeza, uma cultura assim estruturada não tem competitividade suficiente para sobreviver às imensas pressões da sociedade moderna”. E prossegue: “É nesse embate<sup>9</sup> que a cultura caiçara vai se perdendo, perdendo o contato íntimo com suas raízes autênticas” [...] Ela acrescenta, ainda, que hoje tudo isso permanece apenas “na memória e nas saudades dos mais idosos”. É tempo de resgatá-lo! (BRANCO, 2005, p.15).

BRANCO (2005, p.48-49) ainda desenvolve como a criatividade e a habilidade do caiçara foram características fundamentais para moldarem o meio em que habitavam, impactando de forma positiva no meio ambiente, convivendo com a Mata Atlântica e aprimorando técnicas indígenas, tais como o uso de plantas medicinais e alimentares, além de técnicas do entalho da madeira para construção de casas e canoas. Não somente, o caiçara já pescava muito antes do advento do barco à motor, pois a pesca no litoral é feita com aparelhos de origem tanto indígenas quanto portuguesas: as canoas de um pau só, cercos e covos<sup>10</sup> (de origem indígena) e redes de lanço e arrasto (de origem portuguesa) (BRANCO, 2005, p.49). A cultura pesqueira tem a mesma idade das origens desse povo, o é possível identificar cerca de 300 anos de luta árdua pela sobrevivência (BRANCO, 2005, p.49).

### 2.2.1 Traços da cultura caiçara

BRANCO (2005, p.48-50) destaca que a tranquilidade é uma das características mais marcantes da cultura caiçara, apesar da dificuldade de acesso e do abandono por parte das autoridades públicas. Contudo, gradativamente os caiçaras começam a se queixar com certa frequência em relação à dificuldade que enfrentam para fazer seus cultivos, devido às leis ambientais restritivas, que não lhe permitem mais aplicar suas técnicas de cultivo tradicionais como antes. Observa-se que moradias caiçaras são simples, geralmente utilizando “madeira da praia” ou “salvados”<sup>11</sup>. Não somente, são utilizadas também madeiras coletadas da Mata Atlântica, tais como o caule da juçara, o pau-jacaré, o bambu<sup>12</sup> e outras madeiras.<sup>13</sup> Outras características marcantes são a

<sup>9</sup> A autora se refere ao embate entre a cultura caiçara e à cultura moderno-industrial.

<sup>10</sup> Armadilha de aço ou palha com iscas dentro.

<sup>11</sup> Pedacos de madeiras que vem através do mar, trazidos pelas ressacas.

<sup>12</sup> *Euterpe edulis*, *Piptadenia gonoacantha* e *Bambusoideae*, respectivamente.

<sup>13</sup> Observação feita a partir da participação em campo promovido pelo projeto de extensão “Raízes e Frutos: uma vivência caiçara na reserva da Juatinga” do Instituto de Geografia da UFRJ, em 2012.



hospitalidade e a cordialidade, bem como a limpeza e a organização a despeito da precariedade financeira:

Bom dia, seu dotô' - cumprimentou o homem que passa de bicicleta. Surpreso, Dr. Fabio respondeu tardiamente ao cumprimento. No entanto, o médico não conseguira reconhecer quem o cumprimentava com tanta simpatia. Em seguida, ainda surpreso, porém mais atento, respondeu com prontidão aos cumprimentos matinais de um segundo e também de um terceiro homem de bicicleta a caminho da pesca ou do mercado naquela manhã de um sábado ensolarado: eles o haviam reconhecido como antigo e venerado médico da cidade e o cumprimentavam espontaneamente. O médico, conhecedor profundo do ser humano, demorou um pouco para reconhecer no gesto daqueles homens uma das características mais presentes na cultura do 'verdadeiro caiçara' - sinal de respeito e boa educação, com o cumprimento também agradeciam pelas inúmeras vezes em que precisaram de seus préstimos (BRANCO, 2005, p.52).

O "mutirão" - também chamado de "ajutório" ou "demão" -, traço de culturas tradicionais presente em diversas comunidades tradicionais em todo o mundo (OSTROM, 1990) também está presente na cultura caiçara (BRANCO, 2005). Essa organização constitui uma forma comum de trabalho coletivo em todas as áreas onde ocorre a agricultura de subsistência, ora na terra de um, ora na terra de outro. Nas comunidades caiçaras o sistema de entre - ajuda é fundamental para que cada um possa enfrentar as grandes tarefas, como as colheitas, a cobertura de sapé dos telhados, as queimadas, as roçadas de grandes extensões. O espírito comunitário que prevalece não faz distinção do que é propriedade de um ou de todos (BRANCO, 2005).

As festividades e comemorações também são outro traço da cultura caiçara. O mutirão era motivo para um baile, pois reunia toda a comunidade em volta de uma alegria comum, e o dono da festa oferecia sempre algo de comer e beber no final do dia:

O fandango - dança popular tipicamente ibérica - veio para o Brasil durante o século XVIII e foi assimilada tanto pelos colonizadores como por seus descendentes, gerando o que se pode chamar de "fandango caiçara" dançado em soalho de madeira, que corresponde à dança de pares e sapateado, ao som de viola, rabeca, pandeiro e vozes, ruidosamente animada pela aguardente. Ainda hoje alguns grupos de fandango se apresentam pelas comunidades na tentativa de recordar os sons e passos da cultura raiz (BRANCO, 2005 p. 56).

Além disso, outras atividades tradicionais também podem ser observadas como traços da cultura caiçaras, ainda de estarem se desfazendo devido ao conflito entre essa cultura e a cultura moderno-industrial (MIÊ, 2006), especialmente expressa na feitura de cestos, vasos de porcelana, remos e canoas, artesanato, o balaio<sup>14</sup>, instrumentos musicais, redes e apetrechos de pesca (BRANCO, 2005, p.59). Além disso, a cultura caiçara também possui sua típica culinária, baseada principalmente nos recursos oferecidos pelo mar e pela Mata Atlântica, como o arroz na casca de palmito, o surubaiado<sup>15</sup>, tainha na areia<sup>16</sup>, pirão com caldo de peixe, Azul Marinho<sup>17</sup>, cocada, bolo de banana, pernil de paca<sup>18</sup>, bolo de mandioca, arroz lambe-lambe<sup>19</sup> entre outras tantas receitas que podem servir de exemplos de como a cultura caiçara foi se desenvolvendo em conjunto com o meio em que se está inserida e o grau de intensidade da relação que o caiçara mantém com a natureza.

Por fim, diversas lendas, histórias e contos também fazem parte do imaginário e da cultura caiçara, na qual mostram a conexão que eles possuem com a terra, a natureza, a colonização, os medos e anseios do caiçara.<sup>20</sup>

### 2.2.2 Demografia das Comunidades Caiçaras

Os pesquisadores Natalia Hanazaki, Carlos Julián Idrobo, Rodrigo Rodrigues de Freitas e Mariana Giraldi fizeram um estudo em sete comunidades tradicionais com o objetivo de descrever e comparar aspectos de comunidades de pescadores com diferentes perfis. As comunidades foram: Trindade, Praia do Sono, Ponta Negra, Ilha do Araújo, Praia Grande, Barra Grande e Tarituba. Essa seção traz um breve resumo do estudo com o intuito de levantar dados recentes sobre as comunidades tradicionais, tais como a faixa etária e as

<sup>14</sup> Cestos grandes feito de fibras naturais, geralmente utilizados pelos pescadores artesanais para carregar peixes.

<sup>15</sup> Peixe fresco assado junto com escamas e entranhas, cozinhado na fogueira (BRANCO, 2005, p.50).

<sup>16</sup> Peixe assado enrolado na folha de bananeira (BRANCO, 2005, p.50).

<sup>17</sup> Receita com peixe defumado para prolongar a conservação, temperado com temperos típicos da culinária portuguesa (BRANCO, 2005, p.50).

<sup>18</sup> *Cuniculus paca*.

<sup>19</sup> Arroz com mariscos, cozinhados juntos na mesma panela. Observação feita a partir da participação em campo promovido pelo projeto de extensão "Raízes e Frutos: uma vivência caiçara na reserva da Juatinga" do Instituto de Geografia da UFRJ, em 2012.

<sup>20</sup> Cestos grandes feito de fibras naturais, geralmente utilizados pelos pescadores artesanais para carregar peixes.

Este presente trabalho não pretende dar conta dos aspectos culturais. Para mais informações, ver: BRANCO (2005), DIEGUES (2002), HERTZ (2005) e MIÊ (2006).

atividades econômicas (HANAZAKI *et al.*, 2014, p.113-134). A inserção da atividade pesqueira na vida do caiçara contemporâneo será exposta após uma breve explicação sobre os tipos de pescarias.<sup>21</sup>

Segundo o estudo, foi possível observar que a pesca é a atividade econômica mais importante como um todo. Porém, seu grau de importância difere de comunidade para comunidade como, por exemplo, em Barra Grande são poucas as famílias que exercem a atividade e quando a exercem é voltada exclusivamente para o consumo próprio. Enquanto que em Ponta Negra, Ilha do Araújo e Praia do Sono, grande parte das famílias depende da atividade da pesca. Ressalta-se também a importância entre a quantidade de famílias que exercem a atividade da pesca e de membros que dependem atividades alternativas, como aposentadoria e a construção civil (HANAZAKI *et al.*, 2014, p.114). Além disso, a diminuição da atividade pesqueira como fonte econômica é relacionada com o aumento do turismo na região (LUCHIARI *apud* HANAZAKI *et al.*, 2014, p.130).

Ainda de acordo com esse estudo, a pesca é uma atividade predominantemente masculina, e, por exemplo, na comunidade de Barra Grande, que tem a menor proporção de pescadores, foi encontrado o maior número de mulheres pescadoras (HANAZAKI *et al.*, 2014, p.120-121). Já Tarituba é a comunidade na qual os pescadores têm maior autonomia, pois possuem seus próprios meios de produção, enquanto que na Ponta Negra a maioria dos pescadores depende da técnica pesqueira do cerco flutuante, que é controlada por poucos membros da comunidade que possuem os petrechos e recursos necessários (HANAZAKI *et al.*, 2014, p.124-125). Cabe ressaltar ainda que a grande parte dos pescadores começa essa atividade já durante a infância ou quando adolescentes, e apenas 25% começaram a pescar quando já eram adultos.

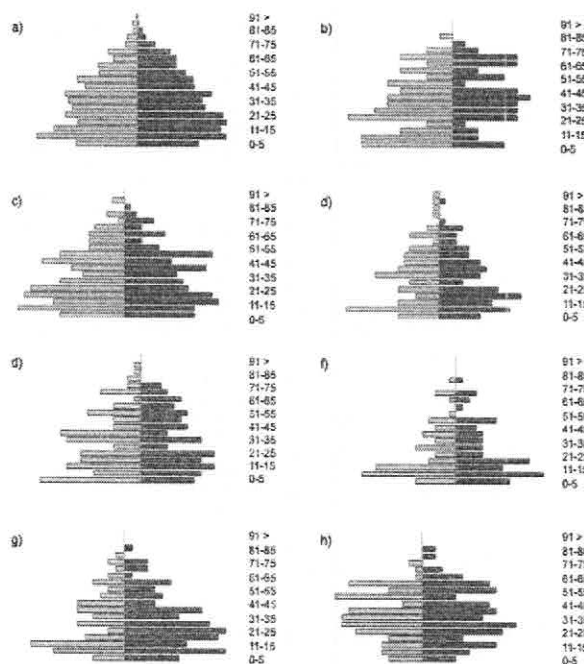
O Pouso da Cajaíba possui uma faixa de área de aproximadamente 335m de comprimento, localizada entre a Ponta da Juatinga e a Ponta da Cajaíba, sendo a principal praia de desembarque para as populações localizadas em Martim de Sá, Sumaca e Praia Grande (Tavares, 2008). No ano de 2011 residiam 94 famílias no Pouso da Cajaíba, com

<sup>21</sup> Para facilitar a leitura, os resultados do estudo foram separados por tema e não por comunidades, como no original. Os resultados referentes composição da família na unidade domiciliar e suas principais atividades, à qualidade de vida, e perspectivas futuras não foram expostos por terem sido considerados fora do escopo desse capítulo. Para consultar os procedimentos metodológicos e a área de estudo, ver HANAZAKI *et al.* (2014, p.114).

um total de 223 moradores o que representa 15,6% da população total da REJ, o que significa que essa comunidade é a segunda maior dentro das fronteiras da REJ, ficando atrás apenas da Praia do Sono. A comunidade possui bares, restaurantes, casas de veraneio, *campings*, igreja, escola e tradicionais ranchos de pesca. A presença dessas edificações demonstra ser um importante ponto para o turismo local, bem como um ponto de muita importância para a comunidade pesqueira. Apesar das transformações relacionadas ao turismo na comunidade, boa parte dos seus moradores continua a exercer a pesca como atividade econômica principal (Igara, 2011).

### 2.2.2.1 Estrutura etária

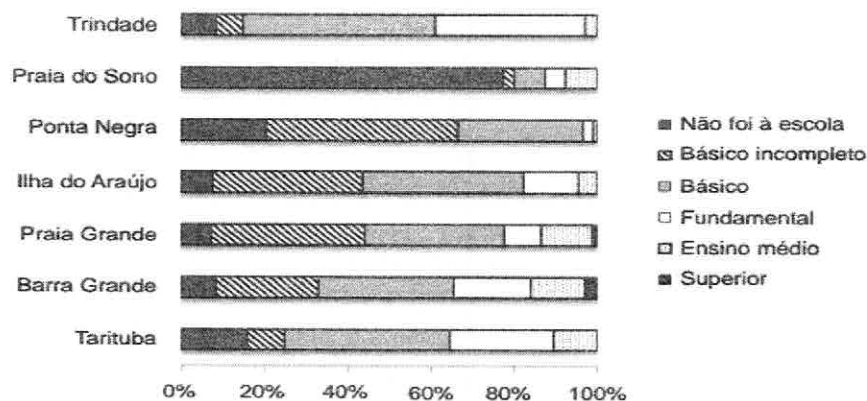
A distribuição de idades reunindo os dados de todas as comunidades resultou em uma pirâmide etária com base alargada e topo estreito, embora com uma proporção menor de crianças até 5 anos quando comparada com crianças de 6 a 10 anos. No gráfico abaixo podemos observar a pirâmide etária das comunidades estudadas:



(Figura 03. Pirâmides etárias nas sete comunidades mapeadas pelo estudo: a) total ; b)Tarituba; c) Barra Grande; d)Praia Grande; e)Ilha do Araújo; f)Ponta negra; g)Praia do Sono; h)Trindade. Cinza-claro: mulheres; Cinza escuro: homens). FONTE: HANAZAKI *et. al* (2014, p.118).

### 2.2.2.2 Escolaridade

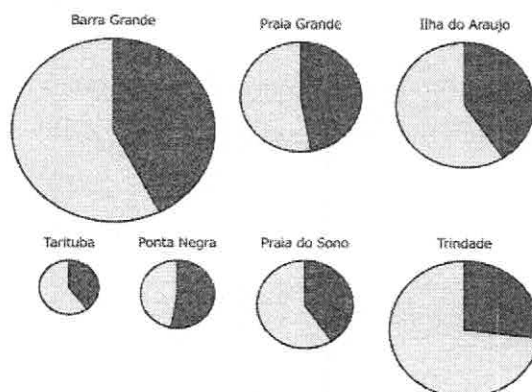
Em relação à escolaridade, podemos ver a tabela abaixo:



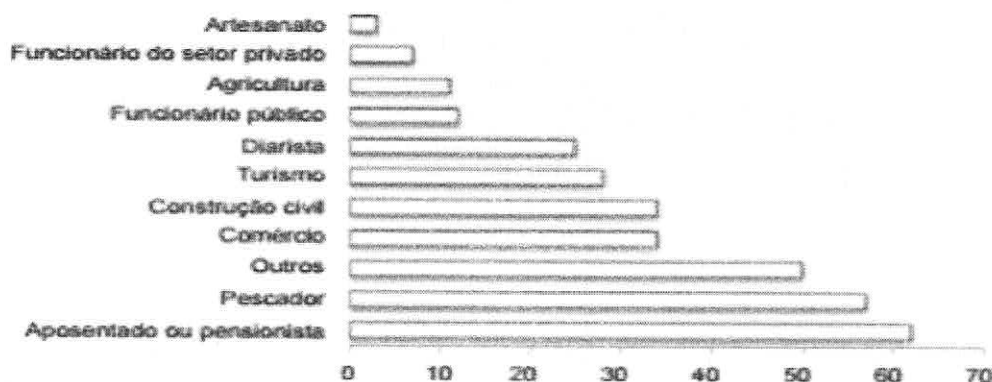
(Figura 04. Tabela que demonstra a escolaridade dos moradores de 350 unidades domiciliares entrevistadas no município de Paraty)/ FONTE: HANAZAKI *et. al* (2014, p.116).

### 2.2.2.3 Geração de Renda e atividades econômicas

Os gráficos abaixo mostram a porcentagem da população que gera renda em cada comunidade e as atividades econômicas principais declaradas nas 350 entrevistas realizadas no município de Paraty. Vale ressaltar que um importante fator ao se analisar a porcentagem da população que gera renda é a estrutura etária, de forma que quanto maior a quantidade de crianças na população, menor será a proporção de indivíduos que geram renda na comunidade.



(Figura 05. Porcentagem da população que gera renda em cada comunidade do estudo: n total = 1387 pessoas. O tamanho dos círculos é proporcional ao tamanho das populações amostradas. Cinza-escuro: não gera renda; cinza-claro: gera renda). FONTE: HANAZAKI *et. al* (2014, p.117).



(Figura 06. Atividade econômica declarada por 350 entrevistados em estudo em Paraty). FONTE: HANAZAKI *et al* (2014, p.117).

Em Tarituba, o número de pessoas que geravam renda equivaleu a 60% da população amostrada, porém, mais de 20% da população amostrada tinha menos de 16 anos. A aposentadoria foi mencionada como a principal atividade econômica para 21% das unidades domiciliares entrevistadas em Tarituba (HANAZAKI *et al*, 2014, p.116),

Já em Barra Grande, 58% da população amostrada geravam renda. A aposentadoria e a construção civil foram apontadas como as principais atividades, seguidas pela agricultura, outras atividades frequentes eram os trabalhos de diarista e outros como servente, pedreiro, marceneiro e carpinteiro (HANAZAKI *et al*, 2014, p.120).

Na Praia Grande, pouco menos da metade da população amostrada gerava renda, sendo que 34% da população tinha menos de 16 anos. A aposentadoria foi apontada como a principal atividade econômica, outras atividades frequentes foram a pesca e o trabalho como diarista e os outros como construção civil, eletricitista e pedreiro (HANAZAKI *et al*, 2014, p.121).

Na Ilha do Araújo, o número de pessoas que geravam renda nas unidades domiciliares era de quase 60% da população amostrada, a pesca foi apontada como a principal atividade econômica, somando mais do dobro de citações em relação à segunda atividade mais presente, a aposentadoria. Além de se apresentar como principal atividade econômica a pesca também apareceu como atividade praticada pelas unidades domiciliares que não a consideravam a atividade principal (HANAZAKI *et al*, 2014, p.123).

Em Ponta Negra, o número de pessoas que geravam renda nas unidades familiares foi de pouco menos da metade da população amostrada, a pesca foi citada como a principal atividade econômica para cerca de metade das famílias entrevistadas, outras atividades frequentes eram a agricultura e o turismo. Vale lembrar que esses dados refletem a proporção de indivíduos envolvidos, mas não a participação dessas atividades na geração de renda, é possível que o turismo, por exemplo, gere mais renda que a pesca, embora tenha sido menos citado (HANAZAKI *et al*, 2014, p.124-125).

Na Praia do Sono o número de pessoas que geravam renda nas unidades domiciliares correspondeu a 60% da população amostrada, a pesca foi a principal atividade econômica contribuindo para importância da pesca quando se comparada as sete comunidades entrevistadas, seguida pela construção civil, outras atividades frequentes foram destacadas como o comércio e o turismo (HANAZAKI *et al*, 2014, p.127).

Por fim, em Trindade o número de pessoas que gerava renda equivale a 85% da população amostrada, considerando apenas os maiores de idade, no total essa proporção é de 73%, o turismo, diferente do padrão geral das comunidades, era a principal atividade econômica, seguida pelo comércio, a pesca estava presente em 46% das unidades domiciliares entrevistadas entre as quais 59% possuíam barco e 44% motor (HANAZAKI *et al*, 2014, p.128).

### 2.3 A PESCA

Segundo MPA (2014) um em cada 200 brasileiros é pescador artesanal, sendo a pesca artesanal considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, exercida por produtores autônomos, em regime de economia família ou individual, contemplando a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada na simplicidade de forma que os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados ou não por



pequenas embarcações como jangadas e canoas, atuando próximos à costa, em lagos e rios.<sup>22</sup> O quadro abaixo, apresenta diferentes artes de pesca realizadas na região.

<b>BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE OS MÉTODOS DE PESCA DE PARATY, ANGRA DOS REIS E ILHA GRANDE</b>		
<b>01</b>	<b>Linha</b>	A pesca com linha indica a utilização de uma vara com anzol e linha, sem especificar a utilização de molinete. Normalmente, empregam-se iscas bastante seletivas (incluindo iscas artificiais), de acordo com o(s) peixe(s) que se deseja obter e de acordo com o ambiente de pesca. É comum especialmente para a captura de peixes de pedra, como garoupa e badejo.
<b>02</b>	<b>Rede de Espera</b>	Sua seletividade dá-se pelo tamanho da malha, empregando-se malhas menores quando o objetivo é a pesca de peixes menores, como o parati.
<b>03</b>	<b>Cerco com Lance</b>	Baseia-se em cerca com redes um cardume, após ele ser avistado, para que os peixes se prendam na malha. A despesca é feita no mesmo instante, para que outras tentativas (lances) sejam feitas.
<b>04</b>	<b>Mergulho</b>	Pode ser livre ou com compressor. O peixe é arpoado quando avistado.
<b>05</b>	<b>Arrastos</b>	Pode ser tracionado com a mão ou com motor. O peixe é arpoado quando avistado.
<b>06</b>	<b>Arrasto de Praia</b>	Rede de arrasto tracionada com a mão, geralmente realizada por um grupo de pescadores. Uma das pontas da rede é levada por uma canoa, enquanto a outra ponta permanece em terra. Após percorrer uma distância, a canoa retorna com a outra ponta e inicia-se o arrasto, puxando a rede de volta para a terra.
<b>07</b>	<b>Bate-Bate ou Bate-Poita</b>	Cerca-se o cardume com a rede e bate-se com algo pesado na água para afugentar o peixe em direção à rede, forçando-o a se emalhar.
<b>08</b>	<b>Covo</b>	Armadilha de palha ou aço com isca dentro.
<b>09</b>	<b>Zangarelho</b>	É uma pesca de linha que utiliza um anzol de várias pontas, específica para a captura da lula.
<b>10</b>	<b>Bicheiro</b>	Pesca submarina que utiliza uma haste comprida (bicheiro) com um grande anzol.
<b>11</b>	<b>Tarrafa</b>	Rede circular jogada de cima da canoa ou da beira da praia ou rio, normalmente quando se avista o cardume.
<b>12</b>	<b>Espinhel</b>	Uma ou mais linhas com um conjunto de anzóis. Em geral, deixam-se iscas no anzol de um dia para outro.
<b>13</b>	<b>Cerco Flutuante</b>	A técnica utilizada na região da Baía da Ilha Grande corresponde a um conjunto de redes de nylon, que começam com uma parte aberta (boca) por onde o peixe entra, estende-se por um funil em sua versão mais simples (a.g.: Trindade em Paraty) e termina em um fundo cego, normalmente em formato redondo. O peixe permanece vivo dentro do cercado, até a despesca.
<b>14</b>	<b>Picaré</b>	É um pequeno arrasto de praia realizado por dois pescadores, podendo ser com ou sem funil.
<b>15</b>	<b>Cerco-de-robalo ou cerco-com mergulho</b>	Técnica de pesca local, onde o cardume é cercado com redes e abatido por mergulhadores.

(Figura 07. Métodos de pesca em Paraty). FONTE: BEGOSSI *et al.*, (2014a, p.66-67).

Segundo HANAZAKI *et. al.* (2014), em relação às técnicas de cerco em Trindade, há dois tipos de cercos flutuantes: o fixo e o de malha de laça (HANAZAKI *et al.*, 2014,

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>



p.123). O cerco fixo possui uma malha de 3,5 cm entre nós e obtém mais peixes vivos enquanto que o cerco de malha de laça possui uma malha de 10 cm entre nós, capturando os peixes emalhados.<sup>23</sup>. Ainda, levando em consideração dois pontos de desembarque em Trindade, os meses de primavera-verão foram mais produtivos. Porém, os resultados dos estudos mostram uma alta variabilidade, o que indica uma dificuldade na previsibilidade dos resultados da pesca, o autor aponta ainda para o impacto gerado pelo turismo de temporada<sup>24</sup> nos resultados da produção da atividade pesqueira.

Outras técnicas de pesca também são utilizadas em Trindade, a predominância é da pesca de cerco, mas há presença também do uso das redes de espera, pesca com linha, zangarelho e outras (HANAZAKI *et al*, 2014, p.128-130). O gráfico abaixo mostra a proporção dos tipos de atividade pesqueira em Trindade:

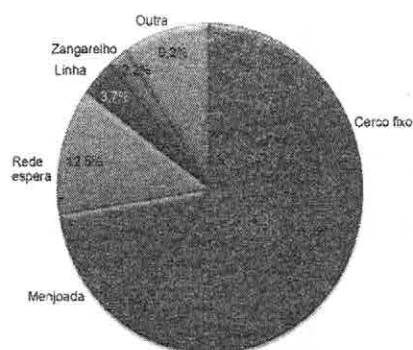


(Figura 08. Proporção dos tipos de atividade pesqueira em Trindade). FONTE: BEGOSSI *et al* (2014b, p.23).

<sup>23</sup> Por emalhados, entende-se que os peixes ficam presos na malha do cerco, e muitas vezes chegam à superfície já sem vida.

<sup>24</sup> Essa discussão será aprofundada no capítulo 3 deste trabalho.

O gráfico abaixo mostra os resultados da produção pesqueira por cada arte de pesca. Observa-se maior quantidade de peixes capturados por meio da técnica de cerco fixo:



(Figura 09. Proporção da quantidade de peixes capturados por cada tipo de pesca). FONTE: BEGOSSI *et al* (2014b, p.23).

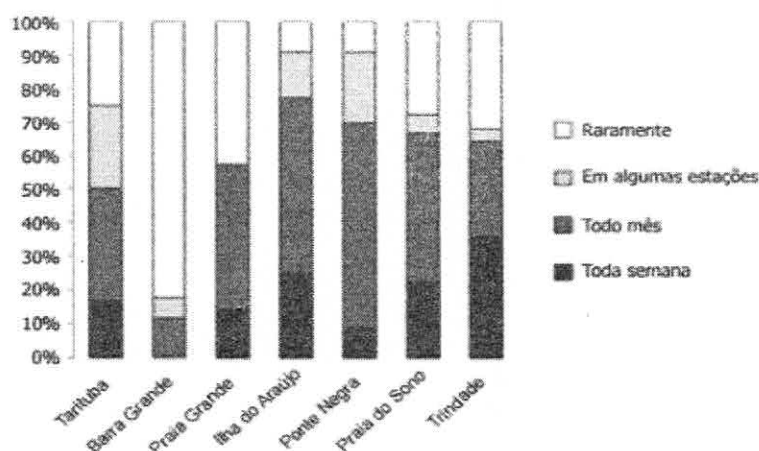
No que diz respeito à produção pesqueira, Begossi e colaboradores (2014a, p.59-82) afirmam que, de dezembro de 2009 a novembro de 2011 a produção pesqueira total em Tarituba e Praia Grande foi de 19.109,74 kg. Sendo algumas espécies de especial importância, a exemplo do camarão de várias espécies, e as espécies consideradas nobres, por possuírem alto valor comercial, como garoupa, robalo e cavala.<sup>25</sup>

### 2.3.1 Inserção da pesca no cotidiano e alimentação do caiçara contemporâneo

Muitas comunidades do litoral brasileiro dependem, historicamente, da pesca artesanal e de outras atividades baseadas em recursos naturais (BEGOSSI *et al* 2014 *apud* HANAZAKI *et al* 2014, p.113). O gráfico abaixo mostra a frequência de pesca para 172 pescadores entrevistados, segundo o estado:

<sup>25</sup>

*Centropomus spp.*, *Epinephelus marginatus*, *Scomberomorus spp.*



(Figura 10. Frequência de pesca para 172 pescadores entrevistados em estudo). FONTE: HANAZAKI *et al* (2014, p.119).

Em Tarituba, a pesca foi mencionada como atividade principal em 8,8%, das entrevistas, e estava presente em 32%, dentre as quais 75% dos possuem barco e 67% motor. Como já se observou anteriormente, a maioria dos pescadores começaram a pescar durante a infância ou adolescência ou até os 20 anos de idade, e a pesca foi apontada como uma atividade diária para, pelo menos, 30% deles. Mais da metade dos pescadores dessa comunidade (57%) se considerava pescador artesanal e 67% se consideravam pescadores em tempo parcial (HANAZAKI *et al*, 2014, p.117). HANAZAKI *et al* (2014) acompanharam os desembarques pesqueiros em Tarituba e encontraram que a rede de espera foi o principal petrecho usado, em pouco menos de 40% dos desembarques, seguido pelo arrasto (22%), sendo as principais capturas de camarão, xerelete e corvina<sup>26</sup>. Geralmente os pescadores decidiam pescar em virtude da tradição familiar, da experiência pessoal ou de demandas de mercado. O pescado capturado era destinado tanto para consumo como para a venda, a produção de alimentos em geral ocorria em 65% dos domicílios, mas apenas 9% das casas possuíam roças, a produção de alimento era voltada principalmente para o consumo próprio e o pescado era o alimento produzido localmente mais importante. O consumo de peixe foi apontado

<sup>26</sup> *Caranx spp.* e *Micropogonias furnieri*, respectivamente.

variando de duas vezes por semana a quase todos os dias (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.116-120).

A pesca na Barra Grande estava presente em apenas 18%, isso significa que foram 14 das 76 unidades domiciliares entrevistadas, dentre as quais cinco possuíam barco e três possuíam motor (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.120). A maioria dos pescadores na Barra grande começou a pescar durante a infância ou adolescência e praticava a atividade raramente, no qual mais de 80% dessas pessoas se consideravam pescadores artesanais e não pescavam com regularidade. Os pescadores decidiam pescar em virtude de fatores diversos, como a tradição familiar, dicas de amigos ou parentes, necessidade de consumo do pescado, para ajudar parente e por diversão e lazer. O pescado capturado era destinado principalmente para o consumo local. 28% das 76 unidades domiciliares possuíam roça (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.120). A produção de alimentos ocorria em todas as residências visitadas em Barra Grande, sendo essa direcionada para o consumo próprio e para a venda, com exceção das plantas medicinais que não eram vendidas. Em alguns domicílios havia produção exclusiva para a venda de produtos como banana, mandioca brava e frutas. O pescado produzido era vendido em apenas quatro das 26 famílias que mencionaram que o produziam, para 42% dos domicílios, o peixe era consumido apenas uma vez por semana e 33% das famílias o consumiam ainda com menor frequência (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.120-121).

Já na Praia Grande, das 44 unidades familiares entrevistadas, a atividade pesqueira estava presente em 14 (32%) (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.121). Foram acessadas informações específicas sobre a pesca para até três pescadores residentes em cada unidade familiar, totalizando 17 pessoas que praticavam a pesca, dentre as quais nove possuíam barco e cinco possuíam motor (HANAIZAKI *et al*, 2014, p.121). A rede de espera foi o principal petrecho usado, em 37% dos desembarques, seguido pelo arrasto (25%) e pela batadeira (8%) e espinhel (7%), as principais capturas foram de camarão, corvina, pescada, robalo-flecha, tainha e parati<sup>27</sup>. A maioria dos pescadores na Praia Grande começou a pescar durante a infância ou adolescência, foi identificada uma proporção similar de pescadores que pescavam raramente e pescadores que pescavam

<sup>27</sup> *Micropogonias furnieri*, *Cynoscion spp.*, *Centropomus undecimalis*, *Mugilliza* e *Mugil sp.*, respectivamente.

todo o mês, seguidos de uma proporção menor de pescadores que pescavam todos os dias. A maioria dos pescadores pescava em tempo integral, refletindo a importância dessa atividade para as famílias da comunidade (HANAZAKI *et al*, 2014, p.122). Os pescadores decidiam pescar em virtude de diferentes fatores como a tradição familiar. O pescado capturado era destinado principalmente para o consumo, mas também para a venda, apenas 7% das 44 unidades domiciliares possuíam roça, mas alguma produção de alimentos estava presente em todas as moradias entrevistadas na Praia Grande, sendo direcionada principalmente para o consumo próprio (HANAZAKI *et al*, 2014, p.122). Alimentos como o pescado, mariscos, animais de criação, mandioca brava e banana também eram comercializados. O peixe era consumido de duas vezes por semana a quase todos os dias (HANAZAKI *et al*, 2014, p.121-123).

Na Ilha do Araújo, das 54 unidades familiares, 93% consideraram que a pesca é a principal atividade econômica. Portanto, essa foi considerada a comunidade com a maior proporção de pescadores (outras comunidades com alta proporção de pescadores foram a Ponta Negra com 75% e a Praia do Sono com 72%), sendo que nas demais, menos de 50% das unidades familiares praticavam a pesca (HANAZAKI *et al*, 2014, p.123). O pescado capturado destinava-se tanto para o consumo quanto para a venda, incluindo a venda direta para turistas na própria comunidade e a venda para compradores “de fora”, apenas 18% das unidades familiares declararam possuir roça, mas em todas as residências da Ilha do Araújo havia a produção de alimentos, para o consumo próprio, com exceções do pescado e a produção de mariscos destinados à venda. Para a maioria das unidades familiares, o consumo de peixe era de duas vezes por semana até diariamente (HANAZAKI *et al*, 2014, p.123-124).

Em Ponta Negra, entre as 32 unidades domiciliares entrevistadas, a pesca estava presente em 75% delas (n=24), e ainda há unidades domiciliares que mencionaram a pesca como uma de suas atividades, embora não considerou que havia pescadores na família pelo fato de essas pessoas serem pescadores eventuais (HANAZAKI *et al*, 2014, p.125). A Ponta Negra está entre as comunidades com maior proporção de pescadores. Foram acessadas informações específicas sobre a pesca para até três pescadores residentes em cada família, totalizando 34 pessoas que praticavam a pesca (31 homens e

três mulheres), dentre as 24 residências que praticavam a pesca, 11 delas (46%) possuíam barcos e 7(29%) possuíam motor (HANAZAKI *et al*, 2014, p.125). Além disso, o número total de embarcações na comunidade era bem maior, incluindo 28 canoas e 11 pequenos barcos. A maioria dos pescadores começou a pescar durante a infância ou adolescência e atualmente praticava a atividade frequentemente. Muitos dos pescadores pescavam todos os dias durante algumas estações do ano, mas não se podem afirmar quantos pescam todos os dias o ano todo e quantos pescam todos os dias apenas em algumas estações, o que indicaria a sazonalidade da pesca. No geral, a pesca com cerco flutuante, a pesca com zangarelho e a pesca com linha ocorrem nos meses mais quentes, de novembro a abril. No inverno, de julho a agosto, era marcante a pesca da tainha<sup>28</sup>. A sazonalidade na pesca pode ocorrer em virtude de condições climáticas, da existência de períodos de defeso e até mesmo por conta da sazonalidade de outras atividades, como as relacionadas ao turismo (HANAZAKI *et al*, 2014, p.124-127).

A maioria dos pescadores da Ponta Negra se considerava pescador artesanal e era pescador em tempo integral (HANAZAKI *et al*, 2014, p.126). O pescado capturado era destinado tanto para consumo como à venda, além da venda direta para turistas, o maior volume capturado pelas redes de cerco era vendido ou dividido de acordo com seu valor de mercado. Os peixes considerados como de primeira qualidade, como a cavala, a sororoca e a anchova, eram vendidos a atravessadores e à restaurantes locais. O restante era vendido ou dividido na comunidade. Informações complementares indicam que as vendas para restaurantes ocorriam apenas em âmbito local, ou seja, para restaurantes e bares da própria Ponta Negra, e que a maior parte da captura era vendida para peixarias de Paraty (HANAZAKI *et al*, 2014, p.126). Aproximadamente 34% dos domicílios possuíam roça. A produção de alimentos ocorreu em grande parte das unidades domiciliares da Ponta Negra, seja em roças ou até mesmo em quintais, sendo principalmente direcionada para o consumo próprio. Para a maior parte das famílias, o peixe era consumido de duas vezes por semana (52%) e quase todos os dias (33%) (HANAZAKI *et al*, 2014, p.126). Em algumas épocas do ano o consumo diário podia ser

mais frequente, enquanto que em outras épocas observa-se o aumento da procura por outros recursos proteicos.

Na Praia do Sono, a atividade pesqueira estava presente em 29 das 40 unidades familiares entrevistadas, sendo que 20 delas possuíam barco e 12 possuíam motor (HANAZAKI *et al*, 2014, p.127). Observa-se que também a maioria dos pescadores começou a pescar durante a infância ou adolescência e atualmente pratica a atividade com certa frequência. A maioria deles considerava-se pescador artesanal e eram tanto pescadores em tempo integral quanto em tempo parcial, tendo decidido se dedicar a atividade em virtude da tradição familiar (HANAZAKI *et al*, 2014, p.127). O pescado capturado era destinado tanto para o consumo quanto para a venda, incluindo a venda para turistas. Aproximadamente 33% das unidades domiciliares possuíam roça. A produção de alimentos está principalmente direcionada para o consumo próprio. Além do pescado, alguns produtos eram destinados também à venda, como aipim, e animais de criação. Para a maior parte dos entrevistados, o peixe era consumido de duas vezes por semana (68%) a quase todos os dias (20%) (HANAZAKI *et al*, 2014, p.127-128).

E, por fim, o estudo revelou que em Trindade, embora a maioria dos pescadores de começou a pescar durante a infância ou adolescência como no padrão geral, a sua frequência na atividade pesqueira era variada (HANAZAKI *et al*, 2014, p.128-129). A maioria dos pescadores se considerava pescador artesanal e de tempo parcial. Muitos começaram a pescar por conta da tradição familiar ou da experiência e conhecimento pessoal (HANAZAKI *et al*, 2014, p.130). O pescado capturado era destinado principalmente para o consumo local, incluindo o uso no próprio restaurante ou no restaurante da família, em algumas situações ocorreu também a venda para atravessadores ou peixarias de Paraty. Aproximadamente 34% das residências possuíam roças, e a produção de alimentos ocorreu em grande parte dos domicílios de Trindade, sendo direcionada principalmente para o consumo próprio. No caso de pescados e mariscos era comum também a venda, mas apenas uma unidade domiciliar comercializava outros produtos, como a banana, verdura e legumes. Para a maioria, o peixe era consumido de duas vezes por semana a quase todos os dias (HANAZAKI *et al*, 2014, p.128-130).

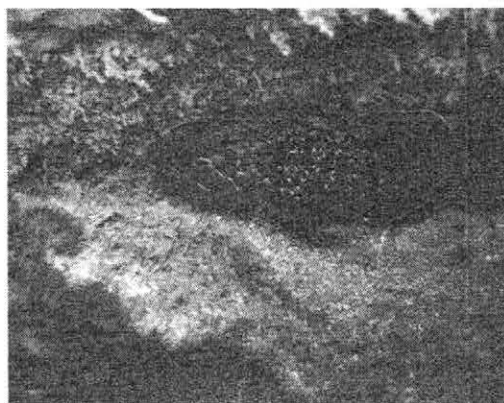


### 2.3.2 Os Recursos Pesqueiros

Dentre os principais recursos pesqueiros da região de estudo, podemos citar: Bagre, Bonito, Cação, Camarão, Caranhota, Carapau, Cavala, Corvina, Dourado, Espada, Galo, Garoupa, Lula, Palombeta, Parati, Paru, Pescada, Pirajica, Porquinho, Robalo, Sardinha, Sororoca, Tainha, Xambalá e Xerelete (MADALOSSO, 2014; LOPES et al, 2014)

De acordo com TAVARES (2008) em estudo de campo na comunidade do Pouso da Cajaíba ao menos 30 espécies de peixes foram identificadas como sobre exploradas, dentre essas espécies a autora identificou apenas uma espécie (mero) classificada como criticamente ameaçada de extinção na lista vermelha de espécies da International Union for Conservation of Nature (IUCN) em 2008.

#### 2.3.2.1 Espécies sob risco de sobrepesca



(Figura 11. Garoupa). Fonte: SILVANO & NORA, (2014, p.4).

Em um estudo realizado no litoral sudeste brasileiro, observou-se que peixes recifais - como a garoupa e o badejo<sup>29</sup>- encontram-se comumente associados ao substrato rochosos e às fendas (tocas) nas rochas. As espécies de peixes que possuem baixo valor comercial são mais abundantes na região, se comparadas às espécies que possuem alto valor de mercado, como a garoupa e o badejo. Ainda assim, as densidades populacionais desses peixes com alto valor de mercado ainda se encontram maiores do que as registradas em outros estudos realizados em outros ambientes. Isso indica que as

<sup>29</sup>

*Epinephelus marginatus* e *Mycteroperca acutirostris*, respectivamente.



populações dessas duas espécies possivelmente ainda não se encontram severamente ameaçadas pela pesca na região, podendo-se ainda haver a oportunidade de recuperar e aumentar a abundância desses peixes, através de medidas de manejo adequadas, como a proteção de áreas escolhidas e a redução da captura dos indivíduos juvenis (PRIOLLI *et al*, 2014, p.28-40).

## 2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Após a leitura desse capítulo, podemos perceber a forte presença das comunidades caiçaras na região, bem como identificar alguns aspectos importantes de sua cultura. Podemos concluir, a partir das leituras, que a presença do caiçara nessa região está fortemente ligada ao estado de conservação desse fragmento da Mata Atlântica. Não somente, diversos aspectos relacionados à cultura moderno-industrial estão cada vez mais presentes na área, que até então se encontrava de maneira isolada e reclusa, o que acarreta consequências diretas e evidentes para o meio ambiente local.

Por meio do levantamento de literatura, no presente capítulo, sobre a caracterização da cultura e tradição caiçara, bem como dos conceitos acerca dos princípios para a gestão compartilhada explicitado no capítulo teórico anterior, podemos inferir na figura do caiçara – e nas comunidades tradicionais das quais fazem parte - o protagonismo na gestão dos recursos com fins de conservar o bioma da Mata Atlântica e sua porção de mar adjacente (OLIVEIRA, 1990; TOFFOLI e OLIVEIRA 1996 *apud* ADAMS 2000). Como retratado no capítulo um, a fiscalização, o manejo dos recursos e a devida caracterização dos locais a serem explorados quando realizadas pelos indivíduos que residem no local e dependem desses recursos para viver, observa-se uma redução nos custos de monitoramento e *enforcement*. Além disso, apresentam uma oportunidade mais eficiente de levantamento de dados, como uma gestão vertical alternativa promovida exclusivamente pelos órgãos públicos.

Podemos também indagar que estado de conservação atual - acima dos padrões de outros trechos da Mata dentro dos limites de centros urbanos, tais como o Rio de Janeiro e São Paulo (DIEGUES, 2004 *apud* CUNHA, 2005)-está fortemente ligado à presença desses indivíduos e aos esforços de manejo ao longo dos séculos (ADAMS, 2000),

justamente por dependerem desses recursos para sua própria sobrevivência e por estarem isolados dos centros urbanos até a década de 1970, quando se deu a construção da rodovia Rio-Santos, alvo de fortes críticas até hoje dos caiçaras mais tradicionais

### **CAPÍTULO 3 - DA GESTÃO**

Neste capítulo traremos dados relevantes acerca da gestão dos recursos naturais, especialmente pesqueiros, a fim de proporcionar uma maior compreensão sobre a região, as questões legais e os conflitos. O capítulo começa tratando do histórico da legislação brasileira acerca do tema de recursos naturais, a fim de expor as constantes mudanças e a falta de um planejamento de longo prazo, posteriormente expõe as diversas unidades de conservação nas áreas do entorno de Paraty e as instituições que atuam em cada uma delas, a fim de chegar a um entendimento sobre o modelo de gestão atual, o Mosaico Bocaina. Exploraremos também a questão da recategorização vigente a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>30</sup>, os pontos de conflitos entre as comunidades tradicionais, e os órgãos públicos.

Na seção final, conclui-se fazendo a exposição de alguns pontos de conflitos e os desafios concernentes à gestão da área estudada como uma forma de questionamento da situação atual, levantando pontos que ficaram evidentes ao longo desse estudo. No Anexo I apresenta-se o exemplo emblemático do bairro de Trindade, que passou por um processo de tentativa de usurpação das terras de famílias caiçaras na década de 1970, mas que apesar de todas as perdas com a disputa, saíram vitoriosos em termos gerais.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Vigente a partir do ano 2000.

<sup>31</sup> Não trataremos sobre a questão do turismo na região, apesar de se configurar um ponto muito importante em relação à gestão da área, podendo ser tanto uma forma de promoção/melhoria/elevação da qualidade de vida/renda/preservação no local, como também pode ser mais um ponto de conflito entre os valores/modos de vida tradicionais/conservação ambiental. Para ver mais sobre o tema, consultar: BEGOSSI & LOPES, (2014, p.173); MADALOSSO, (2014, p.63).

### 3.1 LEGISLAÇÃO

A gestão de recursos pesqueiros avançou institucionalmente nos últimos anos, a partir da criação de instrumentos legais, procedimentos e arenas, todavia, os fatores externos, indiretamente relacionados com a pesca afetam os resultados obtidos (ARAÚJO *et. al.* 2014). Por exemplo, a diminuição das práticas agrícolas, como a da agricultura itinerante devido às restrições legais, aumentou a necessidade da geração de renda para suprir as necessidades alimentícias, o que aumentou os esforços da pesca, sobrecarregando os estoques pesqueiros nas últimas décadas (MADALOSSO, 2014). Portanto, quando se fala em gestão da pesca artesanal em Paraty, deve-se necessariamente associar a esse tema a gestão das Áreas Protegidas (ARAÚJO *et. al.* 2014).

#### 3.1.1 Histórico

Em âmbito nacional, o marco histórico legal do ordenamento pesqueiro é considerado o Código de Caça e Pesca - Decreto Federal Nº 23.672 de 1934. No ano de 1934 também foram definidas as águas de uso comum por meio do Código de Águas Decreto Federal nº 24.643. Posteriormente, esse código foi desmembrado em um código específico para a pesca Decreto-Lei nº 794 de 1938, que, por sua vez, foi substituído em seguida pelo Decreto-Lei nº 221 de 1967 (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191). Embora houvesse os parâmetros jurídicos por meio dos Códigos de Pesca e de Águas, até a década de 60 não houve reconhecimento do ordenamento da pesca na maioria das comunidades pesqueiras, praticadas principalmente em comunidades isoladas ou em pequenos centros urbanos (DIEGUES *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191). Até a década de 1960, a gestão da pesca era de responsabilidade do Serviço de Caça e Pesca, pertencente ao Departamento de Produção Animal, subordinado ao Ministério da Agricultura. De 1962 a 1989, a gestão ficou a cargo da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que teve como foco o desenvolvimento da pesca industrial por meio de incentivos fiscais governamentais (DIEGUES, 1983; DIAS-NETO, 2003; ABDALLAH & SUMAILA *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191). O incentivo na produção industrial acarretou na redução da pesca artesanal dos últimos 50

anos, passando de um total de 80% para menos de 20% da produção total no Sudeste Brasileiro (VASCONCELLOS *et. al. apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191).

Entre os anos de 1989 a 1998, o IBAMA foi o único órgão federal responsável pelo setor pesqueiro, criado com o objetivo de centralizar a gestão de recursos naturais dentro do Ministério do Meio Ambiente. Em 1998 foi criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) dentro da pasta do Ministério da Agricultura, e entre 1998 e 2003 as funções de ordenamento e desenvolvimento do setor pesqueiro foram divididas entre esses dois órgãos. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), em substituição ao DPA, ligada diretamente à Presidência da República e dividindo funções de ordenamento da pesca com o IBAMA. Em 2007, o IBAMA foi desmembrado em duas partes: IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no qual o último se torna responsável pela gestão das Áreas protegidas, incluindo, então, a fiscalização, o monitoramento e ações de conservação da biodiversidade. Nesse sentido, o IBAMA ficou incumbido de fiscalizar, com poder de polícia ambiental, o licenciamento ambiental, o controle da qualidade ambiental e a autorização de uso dos recursos naturais renováveis por meio da Lei Federal nº 11.516 (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191).

Desde 2009, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura<sup>32</sup> (MPA) por meio da Lei Federal nº 11.958, a pesca vem sendo co-gerenciada tanto pelo MPA quanto pelo IBAMA. A sustentação da atuação desses órgãos tem como base os diplomas legais orientados por parâmetros de produção – por parte da MPA - e conservação – no caso do IBAMA-, bem como também por políticas voltadas para a gestão territorial, como no caso da Política de Territórios de Pesca e Aquicultura do MPA (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.191).

<sup>32</sup> Em outubro de 2015, o MPA foi extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura.

### 3.1.2 Legislação atual

Atualmente, existem mais de 140 instrumentos legislativos em vigor que regulam direta ou indiretamente a gestão da pesca no município de Paraty, seja nos níveis federal, estadual e municipal, conforme dispostos na tabela a seguir (ARAÚJO *et al*, 2014):

	Federal	Estadual	Municipal
Lei	23	9	9
Decreto-Lei	1	0	0
Decreto-Legislativo	1	0	0
Decreto	23	5	0
Instrução Normativa	36	0	0
Portaria	34	0	0
Resoluções	4	0	0
TOTAL	122	14 <sup>1</sup>	9

(Figura 12. Instrumentos legislativos em vigor que regulam a gestão da pesca de acordo com a natureza e níveis normativos). FONTE: ARAÚJO *et al*, (2014, p.193).

A categorização dos pescadores como classe trabalhista se baseia na regulamentação específica por meio da Lei Federal nº 11.699<sup>33</sup>, do Decreto Federal nº 5.069<sup>34</sup>, o Decreto Federal nº 5.231<sup>35</sup>, a Lei Estadual nº 5.786<sup>36</sup> e, majoritariamente, regulamentações que limitam o esforço de pesca. São, portanto, “41 instrumentos legislativos que regulam a pesca quanto ao táxon, ao petrecho, à época, à área geográfica, à quantidade (ou peso total) ao estágio reprodutivo ou a uma combinação de duas ou mais dessas categorias restritivas” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.192-193).

<sup>33</sup> De 2008, dispõe sobre as colônias, federações e confederações nacional dos pescadores.

<sup>34</sup> Decretado em 2004, dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE).

<sup>35</sup> É uma regulamentação de incentivo à produção que dispõe sobre os Terminais Pesqueiros Públicos, decretado em 2004.

<sup>36</sup> Instituiu, em 2010, um programa estadual de modernizações da frota pesqueira.

Descrição	Regulamentação
Comitê de Gestão do Uso Sustentável de sardinha verdadeira	Portaria IBAMA nº4 de 14/01/2005
GTT dos recursos pesqueiros marinhos demersais de plataforma	Portaria IBAMA nº97 de 20/5/2008
Comitê de Gestão da Pesca da Lagosta – CGPL	Portaria MPA/MMA nº 1 de 2 20/4/2010
GTT para gestão da pesca de Emalhar	Portaria MPA/MMA nº2 de 14/09/2010
GTT para o uso sustentável da tainha	Portaria MPA/MMA nº 1 de 28/6/2012

(Figura 13. Grupos Técnicos de Trabalhos – GTT – e Comitês responsáveis por elaborar propostas para o uso sustentável de recursos pesqueiros e sua respectiva legislação). Fonte: ARAÚJO *et al.*, (2014, p.193).

Dessa maneira, ARAÚJO *et al* mostram que o IBAMA e MPA são responsáveis por analisar periodicamente algumas restrições específicas e, assim, portarias e instruções normativas são constantemente revistas e substituídas, conferindo um caráter adaptativo ao ordenamento da pesca. No entanto, a proposta de grupos de trabalhos e comitês (*vide tabela abaixo*) não garante que essas revisões e substituições sejam realizadas em periodicidade regular, ou seja, no caso dessas normas que sofrem constantes mudanças, o acompanhamento por parte das comunidades é muito difícil e a comunicação por parte do Estado é muito custosa (ARAÚJO *et al*, 2014, p.193).

A gestão compartilhada entre o MPA, o MMA e a sociedade civil está instituída através do Decreto Federal nº 6.981/2009 e regulamentada na Portaria MPA/MMA nº2/2009, no qual institui comitês consultivos e paritários entre Estado e sociedade civil para elaborar planos de gestão de uso sustentável dos recursos pesqueiros. Tais planos são responsáveis pelo gerenciamento da “unidade de gestão”, cujos critérios de delimitação podem ser biológicos, territoriais ou econômicos e, dessa forma, podem representar uma oportunidade para a gestão participativa da pesca em determinados contextos (ARAÚJO *et al*, 2014, p.194).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) tem como uma das diretrizes *assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas* (Decreto Federal nº5.758/2006). No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC; Lei Federal nº 9.985/2000), os conselhos deliberativos das Unidades de Conservação (UC's) de uso sustentável devem ser compostos por diferentes atores que têm parte no uso dos recursos (ARAÚJO *et al.*, 2014, p.194).

No ano de 2000, foi criado o SNUC através da lei 9.985. As UCs integrantes classificam-se em dois grupos com características específicas, a saber: Unidades de Proteção Integral (UPI) e Unidades de Uso Sustentável (UUS). O objetivo das UPI's é a preservação da natureza, sendo permitida apenas a extração de recursos de forma indireta. Já nas UUSs tem o objetivo de compatibilizar a conservação ambiental com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Em relação às UPI's, um instrumento jurídico que é relevante é o Termo de Compromisso, previsto no SNUC e regulamentado no Decreto Federal nº 4.340/2002 e na instrução Normativa do ICMBio nº26/2012. Esse termo é firmado entre o ICMBio e as populações tradicionais residentes no interior de UCs de proteção integral com o intuito de solucionar problemas de uso de recursos naturais até que se encontre uma solução definitiva de acordo com cada situação (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.194).

Em contrapartida a esses instrumentos de gestão que visam um funcionamento de todos os atores relevantes que usufruem e realizam as atividades pesqueiras de forma a não afetar diretamente o meio ambiente, os Acordos de Pesca oferecem também a possibilidade de uma gestão participativa com os pesqueiros, mas colocam em evidência o contexto sócio-ecológico da região, isto é, considera o local de acordo com suas complexidades históricas e culturais. Os Acordos de Pesca são “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiro, em uma determinada área definida geograficamente” (IBAMA *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.194-195).

Um importante instrumento para a manutenção da atividade pesqueira é o defeso, que caracteriza-se por ser a paralisação dessa atividade, constituindo uma estratégia de caráter ambiental, que visa proteger espécies durante o período de reprodução, a fim de



garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros, possibilitando a manutenção da renda dos pescadores (MPA, 2014). Em relatório da APA Cairuçu, um dos objetivos afirmados é *promover a aplicação da legislação de proteção, com prioridade para os períodos de defeso e para a pesca de arrasto nesta região* (BRASIL, 2011). Todavia, a questão das épocas de defeso para diferentes espécies carecem de maior aprofundamento. Na comunidade do Pouso da Cajaíba, segundo relato dos usuários da pesca, acredita-se que a situação do defeso do camarão possa estar estipulada na época errada, por exemplo (GONÇALVES, 2008).

### 3.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL

#### 3.2.1 Unidades de Conservação<sup>37</sup>

No Rio de Janeiro, existem 208.037 hectares de unidades de conservação de proteção integral, já as unidades de conservação de uso sustentável somam aproximadamente 244.319 hectares, não incluída a área total em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (INEA, s.d.).

Paraty inclui sete UCs, em sua maioria voltada para a preservação florestal, por situar-se em um dos últimos remanescente de Mata Atlântica. Tais unidades de preservação afetam as atividades costeiras em virtude de suas zonas de amortecimento, pois todas as comunidades e parcelas de suas zonas de pesca cairiam sob alguma forma de restrição de uso dos recursos se as regras dessas unidades fossem de fato cumpridas (LOPES *et al* 2014). As UCs que pertencem à categoria de UPI, são legalmente de domínio patrimonial do Estado, que as administra com base em seus respectivos planos de manejo apoiados pelos Conselhos Consultivos (INEA, s.d.)<sup>38</sup> No mapa abaixo, pode-se observar a existência das diversas UC's:

<sup>37</sup> Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

<sup>38</sup> Cartilha disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdm3/~edisp/inea0037726.pdf>



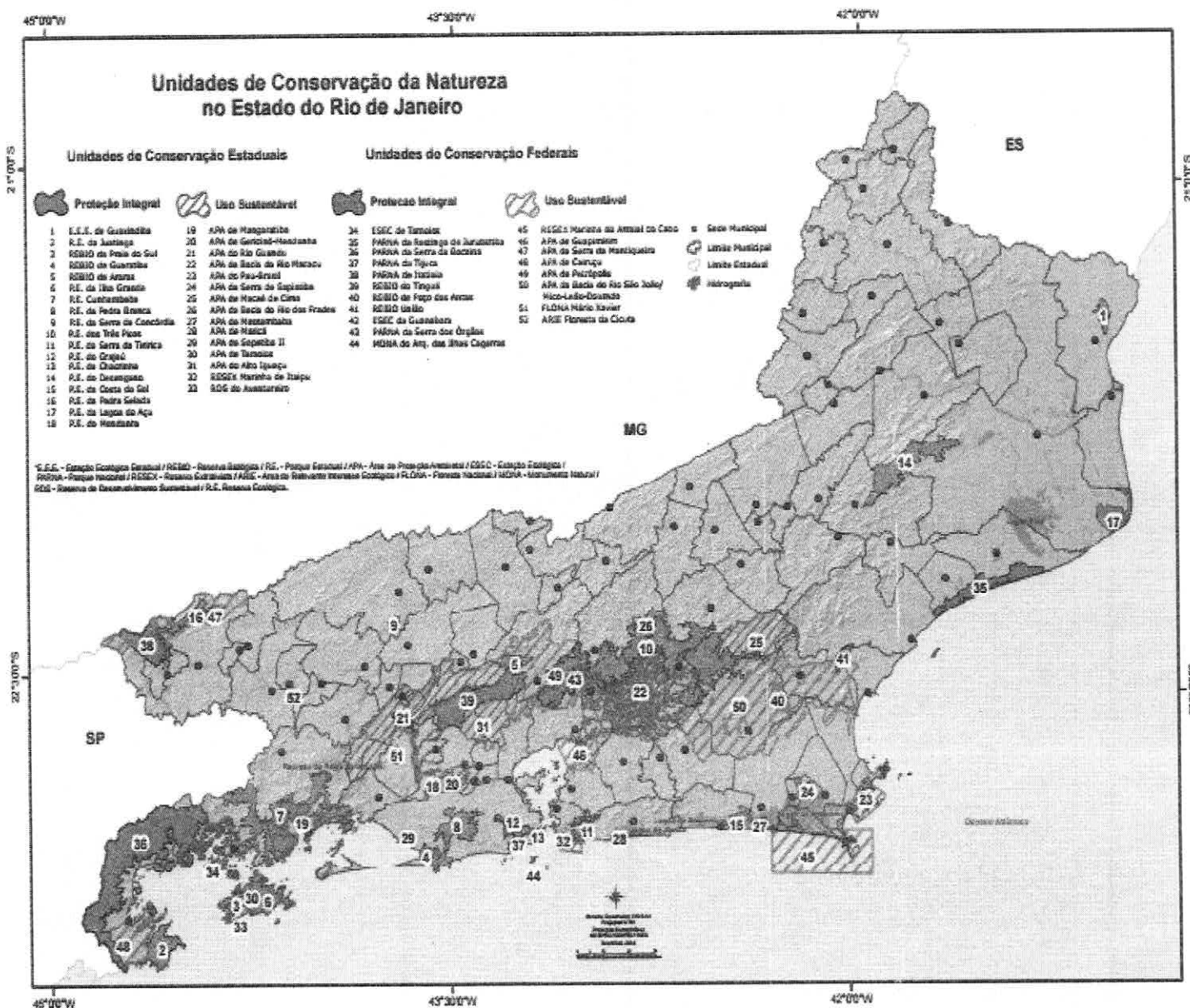


Figura 14. Áreas de Proteção Ambiental no Estado do Rio de Janeiro. FONTE: Instituto Estadual do Ambiente (INEA), s.d.

De forma geral, as Unidades de Conservação utilizam como instrumentos de ordenamento territorial os Planos de Manejo<sup>39</sup>, os Planos Diretores dos Municípios e

<sup>39</sup> Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Agendas 21 que, embora possuam objetivos diferentes entre si, apresentam um norte comum. Mas a sua diferença reside no nível de jurisdição e abrangência especial, no qual cada instrumento é utilizado por atores diferentes e por métodos diferentes, o que pode significar um empecilho para uma gestão mais uniforme e integrada (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.195).

A Tabela a seguir apresenta um resumo das UCs situadas no município de Paraty:

Unidade de Conservação (UC)	Data de criação	Jurisdição	Categoria de UC	Ambiente	Plano de Manejo
APA Cairuçu	1983	Federal (ICM-Bio)	Uso sustentável	Terrestre e insular	Aprovado 2005
ESEC Tamoios	1990	Federal (ICM-Bio)	Proteção integral	Insular e marinha	Aprovado 2006
PARNA Serra Bocaina	1975	Federal (ICM-Bio)	Proteção integral	Terrestre, marinho e insular	Aprovado 2002
REJ *	1992	Estadual (INEA)	-	Terrestre	Não Possui
APA Municipal da Baía de Paraty e Saco do Mamanguá**	1984	Municipal (SE-DUMA)	Uso sustentável	Terrestre, marinho e insular	Não possui

\*A REJ, está passando por processo de recategorização, uma vez que a categoria Reserva Ecológica não está contemplada no SNUC, desta forma não possui Conselho ou Plano de Manejo

\*\*A APA Municipal foi criada, mas não foi implementada por hora. Não possui Conselho ou Plano de Manejo.

(Figura 15. Unidades de Conservação situadas no município de Paraty sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, Instituto do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty). FONTE: ARAÚJO *et. al.*, (2014, p.196).

### 3.2.2 Plano Diretor Municipal de Paraty e Agenda 21 de Paraty

O Plano Diretor Municipal é um instrumento de ordenamento obrigatório institucionalizado como lei municipal para municípios com mais de 20 mil habitantes. Ele constitui o principal instrumento de ordenamento que orienta políticas públicas, programas de desenvolvimento e o funcionamento das cidades, garantindo as funções sociais da cidade e o bem estar de seus moradores. O Plano Diretor é garantido pela Constituição Federal (art. 182, §1), e reafirmado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p. 298).

Iniciado em 2009, a revisão do Plano Diretor Municipal de Paraty foi feita por consultoria da UERJ, que se estendeu até 2010, incluindo todas as secretarias municipais, inclusive a Secretaria de Agricultura e Pesca de Paraty. Na etapa de Leitura Comunitária, a Associação de Moradores de Trindade (AMOT), em busca de seus direitos sobre o seu território, reivindicou à Prefeitura Municipal que Trindade fosse classificada e mapeada como território caiçara e não como bairro, no zoneamento do município (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.198).

A agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo para determinado território com vista em construir sociedades sustentáveis em três eixos: redução da degradação ambiental, aumento da justiça social e eficiência econômica (BRASIL *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.198-199). A elaboração da Agenda 21 de Paraty também teve início em 2009, com o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), no qual funcionou como uma arena de elaboração e negociação. Essa agenda era um instrumento em potencial para o ordenamento territorial que incluísse propostas de gestão da pesca artesanal construído de forma participativa. No ano de 2000, o DLIS elaborou o Plano de Desenvolvimento sustentável de Paraty, que é a base para a elaboração da Agenda 21. Nesse documento as referências sobre a pesca apontam que existe um controle ineficiente da atividade pesqueira por parte dos órgãos responsáveis, inexistência de estatística pesqueira confiável, baixo rendimento da atividade pesqueira, falta de incentivo a atividades alternativas de produção (como a maricultura e o turismo de

pesca), inexistência de zoneamento marinho e inadequações relativas ao defeso do camarão (FOLHA LITORAL *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.199).

### 3.2.3. Mosaico Bocaina

Segundo o Artigo 26 da Lei Federal nº 9.985/2000:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000).

Já Segundo a Portaria MMA Nº 349/2006, reconhece em seu artigo primeiro o Mosaico Bocaina, abrangendo as unidades de conservação localizadas no Vale do Paraíba do Sul, litoral do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, sob gestão do IBAMA estão, o PARNA da Serra da Bocaina, a ESEC Tamoios, a APA Cairuçu; sob gestão da FEEMA/SEMADUR, a APA Tamoios, a REBIO Praia do sul, o Parque Estadual Marinha do Aventureiro e sob gestão da Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura da Prefeitura de Paraty a APA Baía de Parati, Parati-mirim e Saco do Mamanguá (BRASIL, 2006).

Portanto, todas as UCs que ocupam o território de Paraty, fazem parte do Mosaico Bocaina, que abrange 14 municípios, 19 UCs, seis Terras Indígenas e quatro Territórios Quilombolas (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.195).

O Mosaico Bocaina pode possibilitar um sistema integrado de informações territoriais, a fim de monitorar os vetores de usos e ocupações do solo em todo o território de abrangência das áreas protegidas (ABIRRACHED, 2011, p.88). Todavia, essa integração de acordos e pactos entre órgãos de níveis distintos para a gestão integrada do território constitui um ideário, pois esbarram nos anseios privados e nos estratos da burocracia estatal, que travam a sua implementação (ABIRRACHED, 2011, p.87).



paixões e virtudes, missões e valores, que influenciam na tomada de decisão e nas decisões tomadas que influenciam os outros atores sociais (ARAÚJO *et al*, 2014, p.201).

Atores Sociais	Temas de interesse
Governo:	
MPA	Política Nacional Pesqueira Gestão e ordenamento da pesca
IBAMA	Fiscalização da pesca Licenciamento de grandes empreendimentos
ICMBio	Gestão de UC's
FIPERJ	Pesquisa Assistência técnica ao pescador
INEA	Gestão de UC's Licenciamento de grandes empreendimentos
Vereador de Paraty (Luciano Vidal)	Direito de uso e acesso aos recursos pesqueiros por pescadores artesanais
Sociedade Civil:	
Pescadores e seus representantes	
Pescadores artesanais	Garantia da pesca
Pescadores de médio porte	Garantia da pesca
Colônia de Pescadores z-18 de Paraty	Representação de pescadores
AMAPAR	Desenvolvimento da maricultura
Organizações de base comunitária	
Associações Comunitárias	Representação dos interesses de moradores
Fórum das Comunidades Tradicionais do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro	Representação dos direitos das comunidades tradicionais de Paraty



Atores Sociais	Temas de interesse
ONG's	
Associação Cunhambebe	Educação Ambiental Gestão integrada do Mosaico Bocaina
IBIO	Conservação ambiental
Verde Cidadania	Direitos de populações tradicionais
Universidades	
UNICAMP	Pesquisa e extensão
UERJ	Pesquisa e extensão
UFRJ	Pesquisa e Extensão
Ministério Público do Rio de Janeiro	Defesa da sociedade no Regime democrático

(Figura 17. Principais atores sociais da pesca artesanal de Paraty). FONTE: ARAÚJO *et al.*, (2014, p.200).

Devido ao fato de os atores sociais possuírem seus interesses próprios, suas paixões e virtudes, os indivíduos não são completamente comprometidos com o bem maior - a promoção da conservação ambiental e/ou das culturas tradicionais – e, muitas vezes, a mudança das lideranças e a falta de continuidade dos processos de gestão - como a criação de agendas governamentais, grupos de trabalhos, comitês consultivos, acordos de pescas e outros instrumentos de gestão participativas - trazem um entrave limitante para a evolução e melhoria da situação vigente da área em estudo (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.201).

Por outro lado, as autoridades acusam as comunidades tradicionais de atuarem de forma ilegal, defendendo que as UCs não são incompatíveis com a presença humana na região:

Monique Cheker (MPF) aproveitou[*sic*] para falar que as Unidades de Conservação não são incompatíveis com populações tradicionais, pelo contrário, mas que é preciso atentar para o tipo de uso que se faz, pois em muitos casos, as comunidades tradicionais alteraram seu modo de vida, e querem fazer usos que são incompatíveis ou ilegais, e que

descaracterizam o modo de vida caiçara” (Ata do Conselho Consultivo da APA Cairuçu realizada no dia 16/10/2013).<sup>40</sup>

Todavia, é muito raro que os governos avaliem previamente os impactos da criação de UCs sobre a forma de vida das populações tradicionais, que muitas vezes foram responsáveis pela conservação dessas áreas naturais (DIEGUES *apud* MADALOSSO, 2014, p.65).

Ao que se refere à Reserva Ecológica da Juatinga pela visão do Vereador Vidal, representante dos povos caiçaras na câmara dos vereadores de Paraty:

Desde o ano de 1992, ano em que foi criada esta Reserva, a mesma nunca funcionou de fato permanecendo irregular ocasionando grandes problemas para a nossa população que atualmente perdeu a confiança devido a diversos problemas que esta Reserva nos causou ao longo da sua existência por falta de planejamento e aplicabilidade de suas funções. Esta falta de clareza provocou atualmente uma grande rejeição por parte da população e de nós agentes políticos dado não só pelos problemas da REJ, mas também de toda problemática da quantidade de Unidades de Conservação que Paraty obtém. São cerca de treze tombamentos e uma sobreposição em cima da outra que pela falta de uma boa gestão e definição clara destas UCs criaram-se diversos problemas dificultando a gestão da cidade por existirem várias ingerências, onde todo o dano, o caos social, e conflitos fica na conta do Prefeito que se vê impossibilitado na resolução dos problemas” (Vereador Luciano de Oliveira Vidal PMDB Requerimento nº097/2013).<sup>41</sup>

Ainda, as populações tradicionais atualmente veem que viver em Unidades de Conservação é um sinônimo de ter seu acesso aos recursos naturais restringidos, o que acaba por gerar resultados malsucedidos em termos de conservação ambiental (MADALOSSO, 2014, p.65). Agravando ainda mais os conflitos na região, faz-se presente a questão da especulação imobiliária e de agentes externos que se proclamam donos das terras, baseando-se na posse de documentos obtidos através de “inúmeras artimanhas para celebrar contratos com os caiçaras, analfabetos e ignorantes dos seus direitos” (SOS AMAZÔNIA, 2004, p.67)<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho\\_consultivo/Ata\\_CONAPA\\_\\_16\\_10\\_2013.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho_consultivo/Ata_CONAPA__16_10_2013.pdf).

<sup>41</sup> Disponível em: <http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/prop/2013/Requerimento-097-Outubro2013.pdf>

<sup>42</sup> Relatório produzido pela ONG SOS Amazônia em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ims-unidades-coservacao/apa\\_cairucur.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/ims-unidades-coservacao/apa_cairucur.pdf)



Além disso, no Anexo 1 trazemos o resultado de um estudo feito a partir do Núcleo de Direitos Humanos em parceria com a Cev-rio, sobre o emblemático caso de Trindade e a Fazenda Laranjeiras, a fim de trazer uma ilustração de uma vitória histórica dos caiçaras da região.

### 3.3.2 Arenas e a Pesca artesanal

A Reserva Ecológica da Juatinga foi instituída em 1992, através do Decreto Nº17.981, com o intuito de preservar o ecossistema local, todavia não existe regularização fundiária, demarcação física das terras ou plano de manejo (MADALOSSO, 2014, p.65-66).

Arenas	Jurisdição e data de criação	Representante (nº de titulares)	Temas ligados à pesca
CC APA Cairuçu	ICMBio Portaria IBAMA Nº 180 de 4 de dezembro de 2001	Governo (8) Universidade (2) Sociedade civil (13)	
CC ESEC Tamoios	ICMBio Portaria IBAMA nº 101 de seis de agosto de 2002	Governo (9) Universidade (2) Sociedade civil (16) Misto (1)*	Restrições de pesca em áreas protegidas pela ESEC Tamoios Proposta de construção de termo de compromisso entre ESEC Tamoios e pescadores artesanais
CT de Aquicultura e Pesca da ESEC Tamoios	ICMBio 2007	Variável coordenada pela FIPERJ	Ordenamento da pesca do robalo Revisão da legislação de pesca da Baía da Ilha Grande

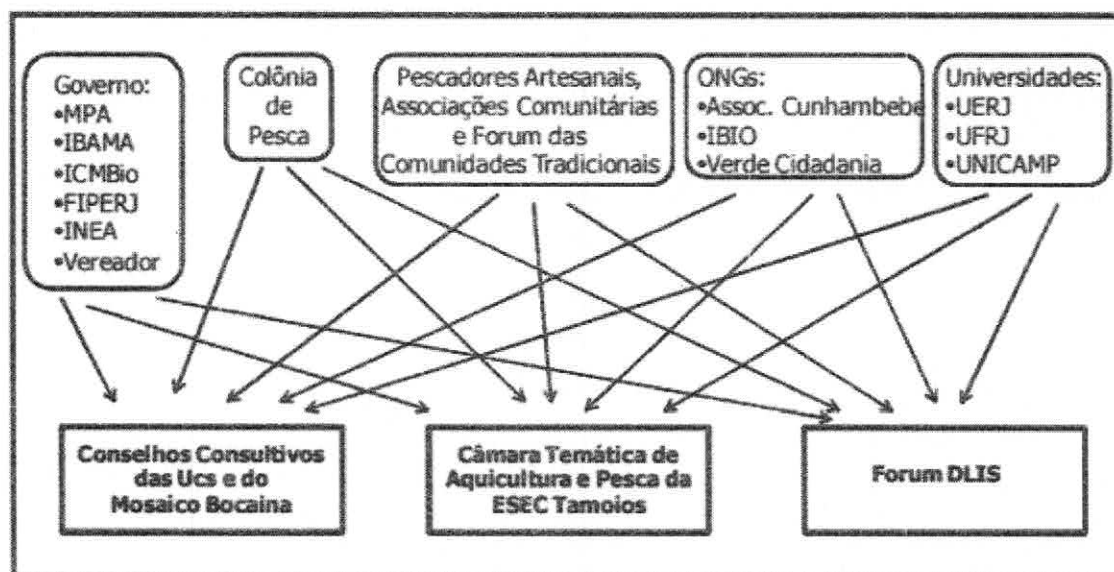
Arenas	Jurisdição e data de criação	Representante (nº de titulares)	Temas ligados à pesca
			Termos de compromisso entre SEC Tamoios e pescadores artesanais
CC PARNA Serra da Bocaina	ICMBio Portaria ICMBio nº 103 de 30 de setembro de 2010	Governo (16)** Universidade (5)** Sociedade civil (28)**	Uso e Acesso aos recursos marinhos em Trindade
CC Mosaico Bocaina	ICMBio 2007	Governo (24) Sociedade civil (24)	Uso e acesso aos recursos marinhos em Trindade
Fórum DLIS Agenda21	Município de Paraty 2000 e Lei municipal 1.722/2009	Governo (14) Sociedade civil (16) Misto (3)***	
<p>*Eletrobrás Termonuclear S.A.</p> <p>**Incluídos titulares e suplentes de diferentes organizações.</p> <p>***Eletrobrás Termonuclear S.A. e Serviço de Apoio à micros e Pequenas Empresas</p>			

(Figura 18. As distintas arenas sociais de acordo com ARAÚJO *et. al.*) Fonte : ARAÚJO *et. al.*, (2014, p. 202).

Os indivíduos, grupos e organizações com interesses na pesca participam de diversas arenas de forma que, quando temas e resultados pertinentes a determinada arena acabam por influenciar a dinâmica de outra arena, é criado um tipo de ligação entre as mesmas (ARAÚJO *et al*, 2014, p.203). Por exemplo, a valorização da cultura caiçara e quilombola e o desenvolvimento de ações de fortalecimento dessas populações em seus territórios são tratados em distintas arenas sociais de Paraty, como no Conselho Consultivo do Mosaico Bocaina e na Câmara de Vereadores (ARAÚJO *et al*, 2014, p.203). Em 2010, essas discussões levaram ao pedido de mapeamento e categorização da comunidade de Trindade como território caiçara no Zoneamento do Plano Diretor

Municipal de Paraty, ação que, por sua vez, motivou a elaboração de projeto de lei municipal, que estabelecem “diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do município de Paraty” (Lei Municipal nº1835/2012 *apud* ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.203).

Embora o tema central não seja sempre o ordenamento da pesca, essas arenas criam as condições de possibilidade para espaços de diálogo, intercâmbios e negociações entre distintos atores para questões relacionadas à atividade pesqueira na região (ARAÚJO *et. al.*, 2014, p.203). O gráfico a seguir mostra a participação dos principais grupos de atores sociais nas arenas que influenciam a gestão da pesca artesanal de Paraty:



(Figura 19. Atores e arenas sociais sobre gestão da pesca artesanal no município de Paraty). FONTE: ARAÚJO *et. al.* (2014, p.203).

### 3.3.3 Recategorização da REJ

No SNUC não está presente a categoria de Reserva Ecológica, portanto, a sua criação levou ao processo de recategorização da REJ. Paralelo a isso, no ano de 2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que trouxe ao contexto do processo de recategorização o fortalecimento dos saberes tradicionais e à afirmação da importância da defesa dos seus meios de vida (MADALOSSO, 2013, p.66).

O processo de Recategorização, todavia, apresentou falhas desde o princípio ao não se apresentarem a todas as comunidades as possibilidades de novas categorias (MADALOSSO, 2014, p.72). A impressão é que o estado deflagrou o processo de recategorização com o fim de legitimar uma decisão previamente estabelecida: dividir a área em duas categorias, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e um Parque (MONGE et. al. *apud* MADALOSSO, 2014). A percepção da necessidade de duas categorias vai de encontro à sugestão de diversos autores que vêem a criação de uma Reserva Extrativista, que abrangesse a área marinha, ou a criação da categoria de Território Caiçara (BORGES *apud* MADALOSSO, 2014, p.72; ABIRACHED *apud* MADALOSSO, p.72).

Segundo Simone Madalosso, o Parque tem como objetivo a conservação de ecossistemas naturais de forma a serem permitidas apenas a realização de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica. Áreas particulares serão desapropriadas, a visitação pública está sujeita às normas restritivas estabelecidas no plano de manejo e às normas do órgão responsável, a realização de pesquisa científica também está sujeita a aprovação prévia (SNUC 2000 *apud* MADALOSSO, 2013, p.72).

Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), por outro lado, é uma área que abriga populações tradicionais, com sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais de maneira a manter as tradições resilientes, a proteção da natureza, e a manutenção da biodiversidade. Assim, a RSD conserva a natureza, e os meios de vidas das populações tradicionais por meio de instrumentos participativos (MADALOSSO, 2014, p. 73).

### 3.4 PERSPECTIVAS

A dinâmica dos processos de gestão da pesca artesanal em Paraty é amplamente rica e complexa. Instrumentos institucionais se sobrepõem de forma que em algumas situações o papel da pesca está em voga e em outros possui um papel secundário. No caso dos Ordenamentos de Pesca, a mesma é o centro das tomadas de decisões, já nos instrumentos de ordenamento territorial, a pesca tem caráter secundário, todavia sua atuação é diretamente afetada/confrontada/prejudicada pelas decisões dos gestores

(ARAÚJO *et al.*, 2014, p.206). Institucionalizar modelos de gestão participativa que combinem políticas conservacionistas, inclusão social, e desenvolvimento local é um desafio muito grande dada a complexidade política no Brasil, e ao fato dos instrumentos de planejamento necessários para o manejo sustentável baseiam-se em última instância na confiança mútua dos agentes sociais (ARAÚJO *et al.*, 2014, p.206; OSTROM, 1990, p.43).

## CONCLUSÕES

Observa-se que apesar dos instrumentos legais existentes para garantir a preservação da cultura caiçara, na prática cotidiana das ações voltadas para a conservação - muitas vezes baseada no uso metafórico da “tragédia dos comuns” - reside um fator de exclusão, por meio da coerção de traços culturais dos caiçaras. Tal observação pode ser interpretada como uma falta de poder decisórios dado aos caiçaras. Em parte pela falta de credibilidade depositada neles por parte dos órgãos responsáveis e, mutuamente, pela falta de legitimidade depositada pelos caiçaras nos órgãos públicos.

Se por um lado, os agentes da gestão atual tentam coibir a exploração dos recursos com base em políticas de comando-e-controle, por outro lado, não dão a devida voz às comunidades caiçaras. Dessa forma, acabam por multar aqueles que muitas vezes podem não merecer a multa ou não multam aqueles que deveriam ser multados. Essa situação é relatada na teoria de OSTROM (1990) como o problema do Leviatã como único caminho. Isto é, a crença que o Estado deve regular para que a tragédia – exaustão dos recursos – não aconteça. Todavia, estamos em uma situação de declínio dos estoques de peixes e ao mesmo tempo o Estado é o único gestor de tais recursos.

Uma consideração que não pode deixar de ser feita nesse trabalho é que, apesar das características relatadas no capítulo 2, o recente histórico de conflitos vem gerando animosidades dos caiçaras em relação às instituições públicas. Isso pode ser interpretado como fruto das restrições feitas a partir da gestão impositiva e verticalizada - associado a uma consequência da política de comando-e-controle, principalmente adotada até a

década de 1990, quando houve mudanças de postura das instituições públicas (CALDASSO, 2015)

De maneira geral, a impressão que fica é que os caiçaras resistem e mantêm suas tradições, porém muitas vezes são tratados pelos órgãos públicos como infratores ou criminosos, mesmo quando a extração do recurso se deu para a preservação ou à multiplicação dos mesmos, ou de outros recursos. Por exemplo, quando um caiçara derruba uma juçara com vistas a germinar suas sementes, utilizar sua madeira na construção de cercos pesqueiros, ranchos, ou outras estruturas físicas que lhe ajudam a fazer o manejo sustentável. Quando esse pé de juçara é derrubado, a sua derrubada não está causando impactos no meio ambiente, mas sim proporcionando que ele seja manejado e melhorado.

Outro exemplo, quando um caiçara derruba uma árvore para construir uma canoa de um pau só, a derrubada dessa árvore é uma forma de evitar que esse indivíduo compre um barco de fibra, movimentado com motor a combustão interna. Evidentemente, uma canoa feita de madeira e movida à remo é muito menos nociva ao ambiente marinho do que um barco de fibra, que irá poluir a partir do momento da sua fabricação, continuará poluindo com a queima combustível enquanto for utilizado, e permanecerá poluindo mesmo depois de aposentado. É preferível então, com vistas à conservação ambiental, que essa árvore seja derrubada e se torne uma canoa, do que a alternativa exposta.

Nesse processo de restrições ambientais promovidas com vistas à rígida conservação ambiental alguns vão escondendo sua identidade de raiz e perdendo-a ao longo do tempo, o que corrobora o fato de que o modelo atual de gestão ainda carece de muitos ajustes para ser eficiente. Segundo OSTROM (1990), para que ocorra co-gestão, é fundamental que agentes externos reconheçam a organização em nível comunitário. O que pode ser visto como argumento para transformar a gestão *de facto*, cada vez mais em uma gestão *de jure*, baseada em novos instrumentos de gestão que ceda poder aos caiçaras, legitimando sua permanência - como é afirmado na Lei do SNUC.

Podemos observar também que em relação ao aspecto social, as comunidades tradicionais possuem fortes conexões emocional, familiar e afetiva *intra* e *inter* comunitária, com bailes, festas e outras cerimônias que reúnem as comunidades em torno

de temas comuns. Essas ligações, no entanto, vêm sofrendo, principalmente com a evasão de muitas famílias caiçaras. A Praia Grande da Cajaíba é o maior exemplo desse processo na atualidade. Acerca do processo de diluição da identidade cultural podemos indagar os prováveis motivos, causas e consequências, bem como os conflitos que daí têm emergido.

Os conflitos crescentes na atualidade geram animosidades e podem trazer a perda do senso comunitário. Entre esses conflitos, foi possível observar que são multifacetados, podendo ser de cunho fundiário, agrário, entre famílias caiçaras. Por exemplo, conflitos entre comunidades vizinhas por pontos de pescas comuns sem definição de regra de uso, entre caiçaras e atores sociais externos - privados, públicos e conservacionistas que insistem em restringir as atividades dos caiçaras, mesmo as que são sustentáveis. Conflitos entre dois ou mais atores sociais externos também se fazem presentes - e nesses casos os caiçaras acabam sofrendo as consequências de conflitos dos quais nem fazem parte, por exemplo, a disputa entre dois proprietários pela posse de um terreno grilado, que já foi previamente expropriado de famílias caiçaras.

Choques entre visões de mundo distintas, entre caiçaras e turistas, são consequência da falta de um turismo qualificado, educativo, ecológico e de bases comunitárias. Isso pode ser atribuído ao desconhecimento, a falta de acesso a informação (não há um centro de informações turísticas na região, apesar de prevista no plano de manejo da APA Cairuçu para a praia do Martim de Sá). A fiscalização dos atuais gestores sobre os turistas e outros atores externos que causam impactos ambientais na região ainda é muito falha. A fiscalização poderia ser muito mais efetiva, se os próprios utilizadores dos recursos tivessem poder de fiscalização e monitoramento – o que é afirmado na teoria da OSTRUM (1990) como o problema do monitoramento mútuo.

A falta de acesso à educação formal - apesar de haver algumas escolas primárias na região - gera um êxodo de famílias caiçaras que migram para os centros urbanos próximos, a fim de dar continuidade ao estudo dos filhos. Isso demonstra uma característica marcante e histórica dos governos brasileiros: a não-garantia dos direitos sociais, atualmente previstos na Constituição Federal de 1998.

Os diversos conflitos na região acabam por agravar a situação, reduzindo os membros das comunidades tradicionais, gerando um processo de êxodo rural para áreas



periféricas dos centros urbanos próximos. As dificuldades dos povos caiçaras em manter a sua cultura tradicional, e sua conseqüente desconexão com a mata atlântica, o mar, a praia e a trilha pode ser vista como um processo que vem a gerar uma perda na qualidade da conservação dos biomas ali presentes, visto que os mesmos foram os responsáveis pelo manejo e manutenção dessas matas ao longo do último século, ao menos.

O fato de que, aparentemente, no processo de recategorização incluir-se necessariamente uma área de Parque, parece assemelhar-se à confusão entre área de uso comum e uma área aberta a todos, relatada na teoria dos recursos comuns, todavia mais estudos em relação à esse tema são necessários para que se possa chegar a alguma conclusão.

A organização comunitária possui regras informais em relação à utilização dos recursos - *de facto* – porém, a legislação é feita pelo gestor governamental - *de jure*. Apesar disso, os gestores *de facto* parecem acreditar que as soluções para a gestão virão de dentro das comunidades e estão ouvindo os caiçaras nesse processo de recategorização, o que, atrelado às portarias e instruções normativas constantemente revistas e substituídas, torna o processo mais participativo, conferindo o caráter cada vez mais adaptativo ao ordenamento da pesca.

Finalmente, em relação às características apontadas para a co-gestão ao final do primeiro capítulo, podemos perceber que não há definição precisa formalizada sobre os sítios de pesca nem tampouco de quem é o direito formal de exploração de tais sítios – apesar de diversos estudos e trabalhos que fazem o mapeamento das áreas pesqueiras e da tentativa de implementação de tais estudos. O processo de recategorização em curso trata das áreas terrestres, portanto, mesmo no caso de a recategorização ter continuidade e não ser interrompida devido às questões políticas que vem recorrentemente alterando os rumos da sustentabilidade na região, aparentemente, o ambiente marinho não está contemplado nesse processo.

Sobre as filiações bem definidas, percebe-se um ponto de conflito de interesses entre diversas partes. As colônias de pesca se organizam em torno dessa temática para se fortalecerem. Todavia, pescadores questionam a necessidade de colônias de pesca. Em 2012, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais produziu o documento de



Planejamento Estratégico da Luta pelo Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras<sup>43</sup>.

Em relação à coesão do grupo, pode-se perceber que ela existe no que tange à cultura caiçara, grau de parentesco, etnia, religião, equipamentos e artes de pesca, apesar de haver certas divergências de comunidade para comunidade.

Em relação à existência de organização do grupo, percebe-se que eles se reúnem em torno de temas específicos, como o processo de recategorização, os conselhos consultivos e outras ocasiões que os levam a discutir sobre pautas específicas, porém, esse ponto ainda carece de maior elaboração para que se possa afirmar com precisão como funciona o processo de organização interna das comunidades e quem são as principais lideranças locais.

Já em relação à participação daqueles afetados no manejo, percebe-se que historicamente eles não foram consultados nos processos anteriores, como o da criação da REJ, todavia aparentemente estão sendo consultados mais durante o processo de recategorização, todavia, eles não são os gestores de jure e aparentemente não há nenhum indicativo de que os próprios caiçaras terão autonomia na região, o que significa dizer que os indivíduos afetados não estão devidamente incluídos no grupo que faz e que pode mudar os arranjos de manejo. Apesar disso existe instrumento legislativo que garantem a preservação da cultura das comunidades tradicionais – por exemplo, o SNUC – e essa preservação da cultura estar intimamente atrelada à autonomia sobre os territórios – fato que no passado era garantido pela dificuldade de acesso a agentes externos.

A questão da consciência de que o benefício da cooperação comunitária excedem os custos, nada podemos afirmar, tampouco sobre quem são as principais lideranças locais. Isso não significa dizer que não existe vontade por parte dos pescadores de, ativamente, participar com tempo, esforços e recursos no manejo da pesca, apenas que não ficou claro a partir do presente estudo. Por conta disso, sugere-se expandir os dispositivos analíticos para que se possa definir esse aspecto com maior clareza.

<sup>43</sup> Disponível em: <http://pt.slideshare.net/territoriopesqueiro/seminrio-territrio-pesqueiro-rj>

Em relação às regras de manejo, observa-se que elas não são simples, existem excessivos instrumentos normativos, mudanças constantes das regulações, excesso de restrições e dificuldade de comunicação quando há mudanças de regras.

Em relação à descentralização da autoridade, pode-se constatar que ela ainda está concentrada nas mãos dos órgãos gestores. A coordenação entre instituições públicas de gestão e as comunidades tradicionais merece mais atenção para chegar-se a uma melhoria na eficiência – econômica e ambiental - no uso dos recursos pesqueiros.

Por fim, em relação aos direitos de propriedade, existe um extenso campo a evoluir, a questão da especulação imobiliária é um fator de forte pressão sobre as comunidades, expulsando famílias tradicionais da região. Atrelado a políticas de restrição de uso dos recursos, a perda dos territórios consequente do processo de especulação em curso, pode vir a diminuir a possibilidade das comunidades tradicionais de viverem integralmente das atividades de subsistência- como a agricultura itinerante e a pesca artesanal. Dessa forma, pode-se indagar que aumente a necessidade de geração de renda monetária por parte das comunidades tradicionais, pela necessidade da compra dos recursos necessários a sobrevivência através de mecanismos mercado. Portanto, as comunidades tradicionais podem estar recorrendo a outras atividades e essas outras atividades podem aumentar a exploração dos estoques pesqueiros, como a pesca industrial, ou influenciar indiretamente as atividades pesqueiras da região – e.g. o aumento do fluxo de barcos de turistas pode vir a espantar peixes que sejam sensíveis ao ruído dos motores. Como consequência dessas ações pode-se indagar que esteja em curso um processo danoso de não-conservação do ambiente marinho na região do estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. *As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: Uma Revisão*. São Paulo, Interciência, Instituto de Biociências USP, 2000

ARAÚJO et al. A Gestão da Pesca em Paraty: legislação, arena e processos. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.189-220.

BARRETO, M. L. *Comunidade Caiçaras: território e propostas para a participação popular na gestão da Reserva Ecológica da Juatinga*. Rio de Janeiro, 2009. 60 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. *Decreto-lei n. 23.672*, de 2 de abril de 1934. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 1930.

\_\_\_\_\_. *Decreto n.24.643*, de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 nov. 1930.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n.794*, de 10 de outubro de 1938. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 1930.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n.221*, de 28 de fevereiro de 1967. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 7 set. 1966.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.985*, de 18 de julho de 2000. Institui sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.516*, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 1988.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.958*, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 1988.

BEGOSSI, A.; LOPES, P. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.xv-xxiii.

BEGOSSI, A. et al. Pesca e Modelos de Decisão: forrageio ótimo. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014a, p.59-82.

BEGOSSI, A. et al. A Pesca em Trindade, com enfoque especial no cerco. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014b, p.19-26.

BEGOSSI, B. et al. Pressão Sanguínea e Hipertensão entre Pescadores Costeiros no Sudeste do Brasil. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014c, p.135-150.

BERKES, F. *Managing Small-Scale Fisheries: alternative directions and methods*. Ottawa: IDRC books, 2001.

BRANCO, A. *Cultura Caiçara: resgate de um povo*. Peruíbe: Oficina do Livro e Cultura, 2005.

CALDASSO, L. *A Interface entre Economia e Direito no Debate sobre Direitos de Propriedade para Recursos Comuns: o caso das reservas extrativistas marinhas para a cogestão pesqueira no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015, 244 f. Tese (Doutorado em Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CÁNEPA E. M., LUSTOSA M. C. J. e YOUNG C. E. F. Política Ambiental in: MAY P. (org.) *Economia do Meio Ambiente*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 pag. 163

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO (CEV-Rio). *Relatório Final do projeto "Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro"*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.

DIEGUES, A. C. S., *A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e aurbanização*, in: Enciclopédia Caiçara, v.1, DIEGUES A. C. S.(org) – São Paulo HUCITEC : NUPAUB 2004 CEC/USP, (pgs 21 – 48)

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 1996.

GONÇALVES, M.T. *Análise do Conhecimento Histórico da Pesca na Praia do Pouso da Cajaíba, Paraty – RJ, Utilizando o Conceito de Shifting Baselines*. Rio de Janeiro, 2008. Monografia (Bacharel em Biologia Marinha) - Instituto de Biologia. Universidade Federal Fluminense, Nov. 2008. (p. vi)

HANAZAKI, N. et al. Entendendo os Modos de Vida em Sete Comunidades Caiçaras de Paraty. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.113-134.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *New Series*, vol. 162, n. 3859, dez. 1968, p.1244.

CUNHA, P. S. H. *Modos de Vida e de Produção Caiçara e Manejo Local da Mata Atlântica: Análise da Resiliência Ecológica e Cultural*, Relatório da Disciplina “estágio de campo II” Departamento de Geografia UFRJ - CCMN – IGEO, Rio de Janeiro, Jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados: município de Paraty, Rio de Janeiro. Brasília: IBGE website, s.d. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330380>> Acesso em 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Sinopse Estatística do Município de Paraty* - Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sinopse1948/RJ\\_Parati.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sinopse1948/RJ_Parati.pdf)> Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Seguro Defeso* - Brasil. Brasília, DF: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2014. Disponível em: <<http://http://www.mpa.gov.br/component/content/article?id=85>> Acesso em: 04 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. *Paraty: censo demográfico 2010 - sinopse*. Brasília: IBGE website, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330380&idtema=1&search=rio-de-janeiro|paraty|censo-demografico-2010:-sinopse->>> Acesso em: 25 mar. 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Unidades de Conservação da Natureza no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *INEA website*, s.d. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdu5/~edis/in ea0059191.pdf>> Acesso em: 31 mar.2016.

\_\_\_\_\_. Unidades de Conservação da Natureza (UCs). Rio de Janeiro: *INEA website*, s.d. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/index.htm&lang=PT-BR>> Acesso em: 31 mar. 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADES. Relatório da Monitoria do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Rio de Janeiro: ICMBio*website*, s.d. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho\\_consultivo/downloads/Relat%C3%B3rio\\_Monitoria\\_APA\\_Cairu%C3%A7u\\_.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho_consultivo/downloads/Relat%C3%B3rio_Monitoria_APA_Cairu%C3%A7u_.pdf)> Acesso em: 4abr. .2016.

IGARA. Igara Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. Definição de Categoria de Unidade de Conservação da Natureza para o Espaço territorial constituído pela Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim e Reserva Ecológica da Juatinga – Vol.1 Caracterização socioeconômica e fundiária . Paraty. jul. 2011.

LOPES, P. et al. Manejando a Pesca de Paraty com a Participação dos Pescadores. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty*: sugestões para manejo. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.221-246.

MADALOSSO, S. *A Resiliência de Sistemas Socioecológicos Baseada na Diversificação dos Meios de Vida dos Pescadores Artesanais: o caso da Ponta da Juatinga e o Processo de Recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga*. Rio de Janeiro, 2013. 22f. Trabalho Final (Mestrado profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2004 (Dicionários Michaelis).

MIÊ, T. *É Da Roça*: história ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza. Rio de Janeiro, 2006. 100 f. Monografia

(Bacharel em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MOTA, R. *O Mapa Êmico Caiçara da Praia Grande da Cajaíba: uma contribuição da geografia para o entendimento do território caiçara*. Rio de Janeiro, 2012, 82 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

OPHULS, W. The Return of Leviathan. *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 39, n. 3, 1973.

OSTROM, E. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PINKERTON, E. *Co-operative Management of Local Fisheries: new directions for improved management and community development*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1989.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Boston: Beacon Press, 1957.

POMEROY, R. et. al. *Fisheries Co-management: Key Conditions and Principles Drawn from Asian Experiences*. Manila: International Center for Living Aquatic Resources Management (ICLARM), 1994.

PRIOLLI, R. et al. Diversidade Genética de uma Espécie em Perigo de Extinção: a garoupa *Epinephelus marginatus*. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.27-40.

ROMEIRO A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade in: MAY P. (org.) *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SILVA, S. R. Populações Tradicionais Camponesas: um estudo de território, identidade, problemas ambientais e fundiários - o caso de Camburi-Ubatuba, SP. In: *ANAI DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo, 2005, p.4843.

SILVANO, R.; NORA, V. Ecologia de Peixes Recifais na Baía de Paraty: influência de fatores ambientais na densidade de peixes em ilhas. In: BEGOSSI, A.; LOPES, P. (Orgs). *Comunidades Pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo*. São Paulo: RiMa Editora, 2014, p.1-18.

SOS AMAZÔNIA. *Plano de Manejo APA de Cairuçu: encarte I caracterização ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa\\_cairucur.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_cairucur.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2016.

YOUNG, C. E. F.; MAY P. Prefácio à Primeira Edição. In: MAY, P. *Economia do Meio Ambiente*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

## ANEXOS



## **ANEXO 1 - O emblemático caso de Trindade e a Fazenda Laranjeiras<sup>44</sup>**

Localizada parcialmente no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a vila de Trindade e seu entorno, formado pelas praias de Cepilho, Brava, do Meio, de Fora, Caxadaço e dos Ranchos, foi palco de violento conflito agrário durante a ditadura militar, especialmente a partir da década de 1970. Desde o golpe de 1964, projetos desenvolvimentistas realizados através da parceria do Estado brasileiro com grandes empresas, foram implementados na região, com destaque para a construção da estrada Rio-Santos, afetando o modo de vida tradicional dos trindeiros. Situada próxima à Fazenda Laranjeiras, adquirida pela Multinacional Adela-Brascan em 1972, e posteriormente transformada em um condomínio de luxo, Trindade passou a ser reivindicada pela empresa como parte de sua propriedade, o que gerou intensos conflitos com as famílias tradicionais caiçaras habitantes do local (CEV-Rio, 2015, p.301).

Durante os anos 1970, Trindade era habitada por menos de 200 famílias, em sua maioria, formadas por lavradores e caiçaras que trabalhavam na exploração agrícola e na pesca artesanal. O acesso à região dava-se apenas por via marítima ou por trilhas de terra, o que fazia com que fosse frequentada apenas por esporádicos viajantes, geralmente mochileiros. A construção da rodovia Rio-Santos, entre 1973 e 1975 influenciou o aumento do interesse econômico na região, transformando-a em uma potencial fonte de exploração voltada principalmente para o turismo de luxo. Dessa forma, Trindade passou a ser objeto de interesse dos novos proprietários da Fazenda Laranjeira, pertencente ao ex-governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, vendida em 1972 à Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico Ltda., subsidiária do grupo Adela-Brascan. A empresa chegou à fazenda Laranjeiras em 1973, alegando posse sobre áreas que englobavam Trindade e a Praia do Sono, território além de sua propriedade. Apoiado pelo Estado, a empresa utilizou-se de violência para expulsar os caiçaras das terras. Jagunços contratados pela empresa passaram a ameaçar os moradores da vila de Trindade, destruindo casas, lavouras e benfeitorias. Casos de estupro também foram relatados pelos moradores. Muitas famílias tradicionais foram coagidas a deixar suas terras e assinar contratos em favor da empresa, sob ameaça de que se não o fizessem, acabariam sem nada. Acuados com a intensificação da violência, algumas famílias venderam suas posses à Companhia e foram morar nas periferias das cidades do litoral fluminense (CEV-Rio, 2015, p.303-310).

44 Material produzido pelo Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Departamento de Direito da PUC-Rio como parte da parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio) em 2015.



Em reação à onda de violência, moradores de Trindades organizaram sua resistência através de diferentes frentes, recorrendo ao Poder Judiciário, com ações de ajuizamento por usucapião, no entanto tais ações foram arquivadas. As famílias também levaram suas demandas à autoridades municipais, que se mantiveram omissas. Recorreram também ao sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty, que ofereceu ajuda de dois advogados que, entretanto deixaram de representá-los em favorecimento a interesses da empresa (CEV-Rio, 2015, p.312-315).

No âmbito jurídico, os moradores de Trindade conseguiram apoio do advogado Sobral Pinto, representado por Jarbas Macedo de Camargo Penteado, que assumiu gratuitamente a luta em prol dos trindadeiros. A partir de então, passaram a ser feitas denúncias à imprensa e manifestações públicas contra a violência exercida pela empresa. Em 1979, um show de nome “Trindade para os trindadeiros”, se deu no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, que contou com a presença de Milton Nascimento, Luiz Gonzaga Junior entre outros artistas. Nesse ano, apesar das denúncias, 23 famílias foram despejadas de suas casas (CEV-Rio, 2015, p.315-315).

Em 1981, a Adela-Brascan vendeu suas terras da Praia de Trindade aos grupos Cobrainsco. A nova proprietária logo propôs aos caiçaras um acordo que previa a destinação de uma parte da área para moradia e outra para lavoura. Outra parte foi destinada ao desenvolvimento de um projeto lucrativo e o restante incorporado ao Parque Nacional da Bocaina. O acordo foi aceito pelos moradores, no entanto, a área destinada à lavoura e à moradia não foi suficiente para que todos pudessem se restabelecer e os critérios de divisão das terras ficaram a cargo da própria comunidade (CEV-Rio, 2015, p.315).

A conquista dos trindadeiros, ainda que limitada, pois suas terras foram reduzidas se comparadas ao período anterior à chegada da empresa, passou a ser vista por outras populações tradicionais locais como uma luta de referência (CEV-Rio, 2015).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO (CEV-Rio). *Relatório Final do projeto Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.